



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: PAUTAS
NEOPENTECOSTAIS E A CENSURA A TEMÁTICAS LGBTQIA+ NA BIENAL DO
LIVRO**

Letícia Elyone Navarro

Rio de Janeiro/RJ
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: PAUTAS
NEOPENTECOSTAIS E A CENSURA A TEMÁTICAS LGBTQIA+ NA BIENAL DO
LIVRO**

Letícia Elyone Navarro

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Orientador: Prof. Mário Feijó Borges Monteiro

Rio de Janeiro/RJ
2024

CIP - Catalogação na Publicação

E322a Elyone Navarro, Letícia
ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: PAUTAS
NEOPENTECOSTAIS E A CENSURA A TEMÁTICAS LGBTQIA+ NA
BIENAL DO LIVRO / Letícia Elyone Navarro. -- Rio de
Janeiro, 2024.
56 f.

Orientador: Mário Feijó Borges Monteiro.
Coorientadora: Ana Crelia Penha Dias.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Produção
Editorial, 2024.

1. Ascensão do conservadorismo no Brasil. 2.
Pautas Neopentecostais . 3. Censura literária . 4.
Bienal do Livro de 2019. I. Feijó Borges Monteiro,
Mário, orient. II. Penha Dias, Ana Crelia,
coorient. III. Título.

ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: PAUTAS NEOPENTECOSTAIS E A CENSURA A TEMÁTICAS LGBTQIA+ NA BIENAL DO LIVRO.

Leticia Elyone Navarro

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Produção Editorial.

Aprovado por

Documento assinado digitalmente
 **MARIO FEJO BORGES MONTEIRO**
Data: 09/07/2024 16:44:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr Mário Feijó Borges Monteiro – orientador

Documento assinado digitalmente
 **ANA CRELIA PENHA DIAS**
Data: 09/07/2024 16:57:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a Ana Crelia Penha Dias

Documento assinado digitalmente
 **CHALINI TORQUATO GONCALVES DE BARROS**
Data: 09/07/2024 17:03:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a Chalini Torquato Gonçalves de Barros

Documento assinado digitalmente
 **JOSE MAURO GONCALVES NUNES**
Data: 10/07/2024 18:19:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr José Mauro Gonçalves Nunes

Aprovada em: 09 de julho de 2024

Grau: 9,5

Rio de Janeiro/RJ

2024

NAVARRO, Letícia Elyone.

Ascensão do conservadorismo no Brasil: Pautas neopentecostais e a censura a temáticas LGBTQIA+ na Bienal do Livro. Letícia Elyone Navarro – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2024.

Número de folhas (56 f.).

Monografia (graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2024.

Orientação: Mário Feijó Borges Monteiro

1. Censura. 2. Conservadorismo. 3. LGBTQIAP+. I. FEIJÓ, Mario. II. ECO/UFRJ III. Produção Editorial IV. Ascensão do conservadorismo no Brasil: Pautas neopentecostais e a censura a temáticas LGBTQIA+ na Bienal do Livro.

A todos que em algum momento sentiram-se errando por ser quem são. Os errados nunca fomos nós!

AGRADECIMENTO

Ao meu filho, Noam Navarro de Moraes, que dá sentido a tudo desde o momento em que foi descoberta sua existência.

À minha mãe, Eli Elyone, que me deu tudo que eu tenho e me possibilitou ser quem eu sou em todas as minhas versões. À mulher que me dedicou todo seu tempo, amor, recursos e paciência para que eu pudesse me tornar quem quer que eu desejasse. Deixo aqui registrado meu muito obrigada por nunca ter me limitado dentro de seus desejos, me imposto suas vontades ou me cerceado de qualquer liberdade essencial para que eu me compreendesse como ser humano, mulher, filha e mãe. Também agradeço por todo cuidado e amor que dedica ao Noam, por ser uma avó tão presente, zelosa, amorosa e por se propor a ser diariamente minha rede de apoio para que eu possa estudar, trabalhar ou descansar mais um pouco. Tudo que fui, sou e serei é porque você me dá o maior amor do mundo todos os dias.

Aos meus Orixás e Guias que protegem meu Ori, que me guiam por caminhos seguros e nunca me abandonaram. Ao meu padrinho na fé, meu protetor e fiel amigo Arco-Íris. À energia e à pureza dos Erês.

Ao meu pai, Helio Navarro, que é meu espelho de honestidade, que confia sem julgamentos e que, apesar de todas as nossas diferenças e de enxergarmos o mundo por óticas completamente opostas, deu tudo que tinha para que eu pudesse ser feliz.

Ao meu companheiro, Marcos Moraes, por toda escuta atenta e dedicada. Por todas as discussões e elaborações, dicas e referências, todo o cuidado e a paciência. Obrigada por me nortear quando eu estava sem rumo, seu suporte foi fundamental para que eu conseguisse finalizar essa etapa.

À minha melhor amiga, irmã de vivência e alma Juliana Leroy, por ter me lembrado que, para além deste e de tantos outros trabalhos, era preciso viver. Obrigada por acolher meu choro, acalmar minha ira e me colocar sempre um pouco mais para as nuvens e menos no chão.

À Jussara Bezerra que me ajudou e me salvou diversas vezes quando eu pensei que não conseguiria, me deu os empurrões necessários e, sobretudo, tornou meus dias mais leves e divertidos.

Aos muitos professores que, ao longo de toda minha vida acadêmica, me dedicaram seu tempo e conhecimento. Foi graças ao esforço coletivo de todos que pude compreender meu caminho, criar senso crítico e me fortalecer como indivíduo.

Em especial agradeço à professora Ana Crelia Penha Dias que, através de suas aulas, me presenteou com parte fundamental do tema deste trabalho. Agradeço, principalmente, por me acolher e compreender as minhas dificuldades como mãe e universitária. Através de suas aulas me senti acolhida e abraçada, muito mais forte e potente. Seu carinho nos detalhes foi essencial para que eu conseguisse completar essa jornada acadêmica.

NAVARRO, Letícia Elyone. **Ascensão do conservadorismo no Brasil:** Pautas neopentecostais e a censura a temáticas LGBTQIA+ na Bienal do Livro. Orientador: Mário Feijó Borges Monteiro. Rio de Janeiro, 2024. Monografia (Graduação Em Produção Editorial) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 56f.

RESUMO

Este trabalho traz como objetivo examinar a influência significativa do conservadorismo religioso no cenário brasileiro, especialmente da doutrina evangélica/neopentecostal, no fortalecimento de um movimento de censura literária. Para alcançar o propósito, será analisado o episódio de censura ocorrido na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019, incluindo seus desdobramentos e a compreensão de como tal ato se concretizou. Além disso, será investigado o impacto do movimento “Escola Sem Partido” nesse contexto, considerando seu caráter conservador e seus objetivos de restrição de temas controversos ao cristianismo nas escolas.

Palavras-chaves: Censura; Conservadorismo; Movimento LGBTQIA+; Bienal do Livro.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CAMINHO DA CENSURA LITERÁRIA NO BRASIL	
2.1 Formação Literária no Brasil.....	14
2.2 Censura literária nas diferentes Ditaduras do Brasil.....	17
2.3 Gênero em discussão nas escolas.....	22
3. INTERNET E REDES SOCIAIS: VILÃS OU ALIADAS?	
3.1 DA ARPANet aos algoritmos.....	27
3.2 Escola sem Partido: Silenciamento docente online e off-line.....	30
3.3 Igrejas dominando os meios de comunicação.....	34
4. CENSURA NA BIENAL DO LIVRO DO RIO DE JANEIRO	
4.1 Bienal do Livro do Rio de Janeiro, 2019.....	38
4.2 Internet no combate à censura literária.....	43
4.3 Censura em nome da família.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

De antemão, para que seja possível compreendermos a ascensão do conservadorismo em um país tão misto, amplo e plural como o Brasil, é preciso que tenhamos clareza quanto às raízes desse território; sob o quê, principalmente, às custas de quê foi construído. Desde a chegada dos colonizadores portugueses, essas terras foram banhadas por violências, de modo que se faz inevitável que perpassemos – ainda que de forma breve – por pontos cruciais da história de formação do Brasil, dentre esses, dando atenção especial ao fato de termos sido colonizados por um país europeu com características naturais largamente distintas do que se faz presente na América do Sul, para além de seu histórico de ocupações pouco planejadas e demasiadamente apressadas. Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (Holanda, 1995), vivendo dia após dia os resquícios de uma colonização abrupta, com a história marcada pelas imposições colonialistas e os destroços de um longo período escravocrata. Tais fatores corroboram de forma significativa para que, através dos séculos, determinadas famílias se sobressaiam perante outras no quesito político, sendo comumente perceptível os sobrenomes que se repetem e perpetuam-se no campo político-eleitoral brasileiro. Desse modo, podemos notar também uma discrepância social dentre as classes, em que a meritocracia – apesar de exaltada – não se prova uma prática realmente funcional.

Por outro lado, também se faz relevante a compreensão do tipo de conservadorismo que trataremos neste trabalho. Para isso, será utilizado o conceito de conservadorismo reacionário descrito por João Camillo de Oliveira Torres em sua obra *Os Construtores do Império* (1968), em que o autor explicita que o grupo assim denominado nega o tempo presente de forma enérgica, voltando-se ao passado e desejando vivenciar novamente os dias que se foram. Por esse motivo, são críticos à atualidade, ignorando que a condição humana cria a todo momento situações ambíguas, onde sempre há de ter lados distintos de uma mesma realidade. Este termo será utilizado de forma conjunta ao campo religioso, que se mostrou um fator decisivo no contexto político brasileiro com a ascensão dos líderes neopentecostais como figuras de forte influência eleitoral, principalmente a partir do ano de 2014 com a eleição que deu a Dilma Rousseff (PT) pela segunda vez o cargo presidencial e, ao mesmo tempo, fomentou o aumento do movimento antipetista no Brasil. Há de termos em vista ainda que existe uma forte influência midiática e comunicacional por parte dos neopentecostais, que utilizam seus canais de comunicação com os fiéis para difundir seus ideais políticos. O Partido Republicano Brasileiro (PRB), hoje apenas Republicanos, é um grandioso exemplo desse tipo de influência, como fora exposto por Aires.

A bancada do partido é hoje composta em sua maioria por comunicadoras-políticas e comunicadores-políticos e por radiodifusores. O partido tem se organizado nacionalmente, utilizando os comunicadores de sua emissora e a Igreja como plataforma. [...] A estrutura de comunicação do Brasil se destaca pela grande concentração nas mãos de políticos e religiosos (Aires, 2020, p. 15).

Deste modo, é importante que tenhamos em vista que os meios de comunicação, ainda que vistos como uma arma contra a desinformação, estão sob os comandos de um grupo seletivo de pessoas que os utilizam com finalidades políticas e religiosas, interferindo no campo social e privado.

Neste trabalho, analisaremos o episódio de censura promovido pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro em setembro de 2019, que direcionou seu poder e influência para alavancar uma tentativa de censura à HQ *Vingadores – A Cruzada das Crianças*, que vinha sendo alvo de críticas por parte de conservadores aliados ao Movimento Escola Sem Partido. A HQ, que foi lançada em 2012 e chegou ao Brasil em 2019 através de uma parceria entre a Salvat e Panini Comics, traz a história de um grupo de jovens heróis que surgem após o episódio em que a Feiticeira Escarlata perde o controle sobre seus poderes. Seu aparecimento é propício visto que, ao longo da história, alguns heróis conhecidos das histórias morrem, como Gavião Arqueiro, Visão e Scott Lang. Por meio de uma abordagem mais humanizada dos heróis, a Marvel revisita diversas questões do mundo adolescente, como conflitos internos e relacionamentos. Dentre estes, o namoro entre Wiccano, filho da Feiticeira Escarlata, e Hulking, um jovem com poderes de transformação. O casal, apesar de ter sido anteriormente apresentado ao público sem grandes rodeios ou mistérios acerca do tipo de relação que era estabelecida entre eles, no entanto, só dá seu primeiro beijo na edição *A Cruzada das Crianças*.

Criada em 1983, a Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro se tornou o maior evento cultural da cidade, e o mais relevante do cenário literário do país. Através de suas marcantes edições que ocorrem a cada dois anos, reúne grandes nomes da literatura, novos autores, editores, leitores, jornalistas, comunicadores, e a população em geral para experimentar a magia do universo literário em uma experiência que se renova a cada edição mostrando o comprometimento em oferecer ao público sempre uma experiência inovadora. No ano de 2019, no entanto, uma surpresa nada agradável esperava pelo público. Sem antes ter sofrido nenhum tipo de impedimento de vendas, ou censura prévia, a 19ª edição da Bienal do Rio, foi alvo das investidas censórias de Crivella (PRB), sob o respaldo de teorias disseminadas pelo Movimento Escola Sem Partido que, alguns anos antes, vinha crescendo dentro das escolas. A tentativa de censurar a *graphic novel* gerou uma grande comoção midiática e social, com diversos nomes

da literatura se opondo ao episódio, como o cartunista Maurício de Sousa, criador da Turma da Mônica e homenageado da edição, que postou em suas redes sociais uma imagem em protesto onde dizia: “Contra a censura, a favor da liberdade de expressão e do respeito!”. Pretende-se, portanto, responder a duas questões centrais, sendo elas como surgiu o movimento Escola Sem Partido e como sua ideologia foi disseminada dentre os brasileiros, e como pautas conservadoras de cunho religioso conseguiram ser implementadas e aceitas pela sociedade ao ponto de impactarem a distribuição e venda de livros com temática LGBTQIA+ dentro do maior evento literário do Rio de Janeiro.

O presente trabalho traz um olhar crítico por parte do campo comunicacional sobre a aplicação de pautas conservadoras, principalmente as que são disseminadas dentro de grupos neopentecostais, no que tange ao cenário de produções e vendas editoriais no Brasil com ênfase no episódio de censura que ocorreu durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019. Ao longo das pesquisas para a realização do trabalho, os documentos encontrados que tratavam sobre o evento eram majoritariamente de outras áreas de estudo como Biblioteconomia, Direito e Literatura. Somente o trabalho *Bienal do Livro, consumo e cultura material: debates e ações sócio-políticas e de gênero*, de Vitória Melo Galvão e Manuela do Corral Vieira (2020), abrangia o campo comunicacional, no entanto, trazia como objetivo analisar conteúdos que foram gerados através da situação, a repercussão midiática e a atuação do empresário e influenciador digital Felipe Neto. Desse modo, compreendo que ainda não foram realizadas análises que fundamentam como e por quais razões as pautas neopentecostais acabaram por se infiltrar dentro da literatura, embarcando em eventos culturais e conferindo uma ideia de poder de censura e práticas autoritárias para figuras eleitas de forma democrática.

2. CAMINHO DA CENSURA LITERÁRIA NO BRASIL

Os caminhos tomados pela literatura no Brasil estão intrinsecamente ligados à trajetória histórica da impressão e produção de livros no país, que é marcada desde seu início por imposições e tomadas de controle rigorosas. Ao longo dos anos, os cerceadores mudam de nome e figura, mas nunca foram embora. Começando com a Coroa Portuguesa e a imposição de seus ideais europeus que atrasaram uma produção literária realmente brasileira, focada e pensada dentro dos moldes de nossa realidade e, principalmente, produzida e pensada para o povo. Passando então pelas diferentes ditaduras, e em especial pelos longos anos repressivos do regime militar (1964-1985), que intensificou a caça aos livros e autores e é uma dolorosa lembrança ao mercado editorial de que a liberdade de pensamento e expressão pode ser facilmente tomada. As marcas da perseguição aos que ousaram desafiar a autoridade do sistema reverberam até hoje, resultando em uma lembrança amarga do medo e um histórico de autocensura por parte de autores e editoras.

Na contemporaneidade, apesar de contarmos com diversas leis que buscam prevenir censuras escancaradas, os censores encontram novas formas de manifestação, atualizando-se e utilizando agora, sobretudo, ferramentas digitais para promoção de seus ideais. O contexto histórico de repressões, aliado ao cenário de crescente ascensão de doutrinas neopentecostais, corroboram para a criação e adoção de movimentos conservadores que se estendem ao campo da literatura, refletindo a persistente batalha entre a liberdade de expressão e a moral cristã. Os grupos religiosos alinhados ao neopentecostalismo, não optam raramente por utilizar pautas de gênero e sexualidade como ferramenta de promoção do medo e de pânico moral, difundindo falácias a fim de reduzir a liberdade de representação e ocupação de espaços conquistada pelos grupos LGBTQIA+.

Uma vez que grupos conservadores alimentam o discurso de que abordar gênero e sexualidade dentro das escolas é nocivo para as crianças, alegando que não negar a existência dessas pessoas e tratá-las como seres humanos normais é incentivar a homossexualidade, colaboram para o cerceamento da liberdade do professor. Quando chega às salas de aula carregada de preconceitos, as discussões acerca dessas temáticas acabam trazendo grandes desafios aos docentes, que acabam precisando podar seus discursos e aulas para não ultrapassar os limites impostos pelos conservadores e evitar represálias.

2.1 Formação literária no Brasil

A história da formação literária brasileira que conhecemos tem seu início com a abrupta colonização portuguesa. Ao chegar em solo tupiniquim, a Coroa de Portugal instaura diversas

regras em relação à produção de impressos no Brasil. Passava então a se configurar crime ter quaisquer instalações tipográficas, assim como a entrada e circulação de livros vindos do exterior. Esse cenário nada amigável para o universo livreiro se manteve firme até o século XIX, quando a corte de D. João IV vê no Brasil uma espécie de refúgio durante as invasões napoleônicas, e sua vinda acaba por modificar os caminhos proibitórios que o setor sofria.

No dia 13 de maio de 1808 é criada a Imprensa Régia, inicialmente se ocupando de publicações de pequenos livros, folhetos avulsos, sermões e algumas obras científicas, outras literárias, além, é claro, dos papéis de expediente e despachos do Príncipe Regente (Souza, 2020, p. 314). A criação marcou o fim do período de proibição de instalações tipográficas; no entanto, não tornou o processo de forma alguma menos burocrático, tampouco mais democrático. Além de sua criação tardia, fazia parte das atribuições da Imprensa Régia fazer a manutenção do que era considerado ético pela família real, prezando e cultivando os bons costumes e as regras impostas pelo catolicismo. Através da Junta de Decisão, eram examinados todos os documentos e livros que eram submetidos à impressão para que, de forma alguma, chegassem a ser impressos materiais que bradavam contra o governo, a Igreja ou que pudessem disseminar quaisquer tipos de imoralidades que causassem descontentamento ou algum tipo de desconforto social à coroa portuguesa.

Poucos meses após a criação da Imprensa Régia, surge *A Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal publicado no Brasil, com a assinatura de Frei Tibúrcio José da Rocha. Suas publicações saíam às quartas e sábados, podendo ter edições extras caso se julgasse necessário.

Seu conteúdo era composto majoritariamente por fatos relacionados à vida da família real, decretos públicos e informações da Europa, acabando por ser na verdade uma tradução de folhas da Inglaterra e da Gazeta de Lisboa. Basicamente, pode-se dizer que a Gazeta destinava-se e à corte portuguesa exilada no Brasil, uma vez que as matérias trazidas em suas páginas eram de interesse específico desse grupo da sociedade (Souza, 2020, p. 314).

Diante deste fato, nota-se que apesar de redigido e impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* ainda estava distante de ser realmente um jornal brasileiro, e ainda mais longe de ser um periódico de interesse popular que publicasse aquilo que era relevante ao povo. No entanto, demarca de forma clara como a religião e seus líderes têm forte poder social e comunicacional na história do Brasil. Em contrapartida, em junho de 1808, ainda antes de nascer a *Gazeta*, Hipólito da Costa – à época vivendo exilado em Londres após ter sido perseguido pela Igreja Católica em Portugal por acreditar e viver sob as crenças maçônicas – dá vida ao *Correio Braziliense*, o periódico não oficial que conseguiu ser considerado o primeiro jornal do Brasil. Diferente da *Gazeta*, o *Correio* fala diretamente com o povo,

abordando assuntos que lhes eram interessantes e necessários para sua formação como cidadãos.

Chamou-o de Correio Braziliense porque, naquele começo de século XIX, chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasileiros aos índios. Brazilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira Pátria. Ao dar a seu jornal o nome de braziliense, Hipólito demonstrava que queria enviar sua mensagem preferencialmente aos leitores do Brasil (Lustosa, 2003, p. 14).

Hipólito notou que a vinda da corte portuguesa ao Brasil poderia trazer avanços para o país. Através de seu longo periódico mensal, fazia um papel de educar o povo e disseminar, com seus textos e reflexões, a educação, cultura e os ideais iluministas em que acreditava e seguia. Suas quase cem páginas eram recheadas dos mais diversos assuntos como arte, comércio, política, ciências, literatura e miscelânea. Nesta última categoria foram incluídas reflexões próprias, com ideologia e posicionamentos claros. São a parte mais importante do Correio não só para a história de nossa imprensa, como também para a história das ideias no Brasil. (Lustosa, 2003, p. 16). Seu despudor em falar sobre o que pensava foi imprescindível para o processo de criação da imprensa livre no Brasil, assim como inspirador e revolucionário para seus contemporâneos que, pela primeira vez, tinham acesso à informação plural e diversa de todo o mundo todos os meses, o que à época representava uma agilidade incomum. O Correio Braziliense foi mantido ativo por Hipólito até a Independência do Brasil, tendo seu fim em novembro de 1822. O jornalista ainda foi fundamental para a disseminação do reconhecimento da Independência do Brasil como legítima na Europa; em 1823 faleceu de forma súbita deixando um legado inenarrável para a comunicação brasileira.

Em março de 1821, às vésperas do início do processo de independência, José da Silva Lisboa, posteriormente denominado Visconde de Cairu, inaugurou o primeiro jornal independente do Brasil, que chamou de *O Conciliador do Reino Unido*. Ao momento, Lisboa era considerado um dos homens mais cultos da Corte, e por este motivo tinha anteriormente sido denominado diretor da censura da Imprensa Régia, papel que abraçou e exerceu com êxito. Apesar de *a posteriori* ter criado um jornal independente, não se distanciava de seu antigo posto e continuava, agora de forma autônoma, a criticar e condenar falas que divergiam de suas opiniões – majoritariamente sustentadas por crenças religiosas. Era um homem conservador no meio político, e gozando de seus direitos, através de seu jornal bradava sobre os danos que acreditava terem sido trazidos pela liberdade de imprensa. Outros periódicos surgem na mesma época, mas ainda não tinham o caráter revolucionário do *Correio* e, de certo modo, aparentavam ser obras feitas sob censura, talvez por serem redigidos e assinados por homens conservadores e que concordavam e se beneficiavam com a manutenção da monarquia. Somente em setembro

do mesmo ano, cerca de seis meses depois das primeiras aparições dos periódicos independentes, surge o *Revérbero Constitucional Fluminense*, o primeiro jornal feito e impresso no Brasil que não era redigido por censores. Seus fundadores, por sua vez, eram membros da maçonaria e se aproximavam das ideologias revolucionárias francesas: liberdade, igualdade e fraternidade.

Através dos anos, o processo de independência tomava formas mais claras e, em determinado momento, com a ascensão dos folhetos e jornais brasileiros, a tensão entre Portugal e Brasil aumentou. As publicações portuguesas não mediam mais palavras e julgavam abertamente o povo brasileiro como inferior, utilizando-se de termos racistas e escravocratas com finalidade de ofender e tentar causar a sensação de inferioridade intelectual dos nascidos no Brasil. Esse movimento agressivo tornou o povo brasileiro ainda mais arredo diante das imposições portuguesas, e colaborou para a ampliação do poder e alcance dos jornais realmente independentes. De certa forma, o processo de independência do Brasil só foi possível porque alguns revolucionários viram a oportunidade de brigar pela liberdade de imprensa, criaram seus periódicos e expuseram todo seu orgulho em ser brasileiros, assim como a revolta por todos os insultos e maus tratos advindos do país colonizador para conosco. Por outro lado, de forma alguma podemos ignorar que o processo de Independência foi longo, tortuoso, cheio de altos e baixos, com avanços e recuos, dependente de muitos fatores. Tudo isso influenciou na imprensa do tempo (Sodré, 1999, p. 44).

2.2 Censura literária nas diferentes Ditaduras do Brasil

A herança colonialista brasileira criou um ambiente propício para a implementação e a perpetuação das censuras ditatoriais, uma vez que tornou comum ao povo conviver com uma estrutura de controle e de cerceamento das liberdades coletivas, individuais e de expressão. No campo editorial, em concordância com o cenário anteriormente vivenciado, as experiências se repetem. Uma vez que foram deixadas marcas profundas, e a censura se tornou uma prática enraizada desde o início da imprensa, não foi uma surpresa que os movimentos ditatoriais brasileiros se utilizassem das mesmas ferramentas de cerceamento de liberdade comunicacional.

Conforme anteriormente citado, a censura literária é um tema recorrente ao mercado editorial brasileiro desde a sua formação, e se repetiu ao longo da história do Brasil em diferentes momentos, governos e perspectivas. No entanto, ainda que mudem os personagens, o objetivo final se mostra semelhante: reprimir vozes discordantes da elite dominante e manter a narrativa oficial. Se considerarmos o período do Estado Novo (1937-1945), por exemplo, a

Ditadura de Getúlio Vargas se parece em diversos aspectos com os demais governos totalitários espalhados pelo mundo, em especial com o alemão e o italiano, adotando uma mesma ótica de nacionalismo, investimento em propaganda e autoritarismo. Vargas trouxe melhorias no produto nacional, e com seu estilo populista de governar conseguiu trazer benefícios para os trabalhadores de base brasileiros, alguns que se mantêm até os dias atuais. Não se pode negar que Getúlio sabia exatamente como fazer a manutenção de seu poder e, por esse motivo, reconhecendo o poder fundamental dos livros e da arte na formação cultural da população, estabeleceu na Constituição de 1937 uma lei sobre liberdade que impunha alguns limites específicos para que seus interesses políticos e governamentais não fossem ultrapassados pelas publicações. Investiu fortemente na educação, não com fim de educar de fato a população com conhecimentos básicos e relevantes, mas para se tornarem fiéis ao que seu governo pregava e, seguindo esta mesma lógica, criou o Instituto Nacional do Livro (INL). Cabia ao instituto organizar as enciclopédias e dicionários, promover medidas para aumentar e baratear os livros, editar obras raras e criar e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas por todo país. Boa parte dos objetivos estabelecidos não foram alcançados, no entanto, a circulação de livros realmente aumentou. As obras em questão eram majoritariamente didáticas, com enfoque especial no público infante-juvenil, e tinham caráter nacionalista, carregando a imagem de Vargas que era explorada como costumeiramente os governos ditatoriais fazem com seus líderes ao redor do mundo. Alguns títulos relevantes à época foram: *A Juventude no Estado Novo*; *Getúlio Vargas para crianças* e *Uma biografia para gente nova*. Todos tratavam Vargas como uma figura cativante e bondosa, mostrando sua personalidade e aspirações. Para que conseguissem entregar ao público as enormes tiragens dos títulos, criaram mais de duas mil bibliotecas em todo país nos primeiros anos do INL, que recebiam diretamente do instituto doações de títulos.

Graças a essa instituição, as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, receberam metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes? (Moraes, 1943, p. 38-39 *apud* Oliveira; Silva; Castro, 2018). A intencionalidade dessas doações, no entanto, deve ser levada em consideração assim como a totalidade do projeto que, por mais que tenha ampliado largamente o número de bibliotecas e feito uma grande distribuição de livros, só o fez com o propósito de promover uma cultura ideológica que estava em vigor à época, para que se tornasse mais simples fazer a manutenção do regime ditatorial imposto. Vargas, ciente do poder cultural e social dos livros, utilizou todos os artifícios políticos que tinha a seu dispor para disseminar sua popularidade. Ao revisitar a

história, ainda que tenha tido mandato ditatorial durante o Estado Novo, Vargas consegue retornar ao poder anos depois em 1951 de forma democrática, eleito com 48% dos votos válidos, voltando à cadeira da presidência abraçado pelo povo e mais popular do que nunca. Seu mandato dura então até seu suicídio em 24 de agosto de 1954. Sua morte demarca, novamente, o triunfo de suas ações ao longo dos anos que esteve no poder e gerou grande comoção em todo Brasil, e repercussão internacional. Até hoje Vargas é lembrado com muito carinho por uma parte da população.

Após a morte de Getúlio, o comando do país passa por períodos conturbados com diferentes gestões em pouco tempo. A situação se ameniza apenas em 1951 quando Juscelino Kubitschek assume a presidência. Em sua gestão, o INL passa por mudanças como a troca de seu diretor, que passa a ser José Renato Santos Pereira. O objetivo do novo diretor era conseguir atingir os milhões de brasileiros ainda analfabetos e ampliar o número de bibliotecas públicas dentro dos municípios. Através da Revista do Livro, que criou logo assim que assumiu o comando, Pereira homenageou alguns nomes relevantes à literatura, e expôs desafios que enfrentava frente à gestão do Instituto. Em uma das edições da revista, deu destaque ao projeto de lei que estava em votação na Câmara Federal, que solicitou abertura de crédito especial para que fosse possível atender às despesas com a aquisição de livros, decorrentes da assinatura de acordos e convênios para a instalação de bibliotecas públicas em todas as cidades e municípios brasileiros (Bragança, 2009, p. 237). O pedido, no entanto, não obteve sucesso e foi negado, ainda que tenha justificado por diversas vezes os motivos pelos quais acreditava ser um pedido nobre.

Em nenhum aspecto foram anos fáceis para o mercado editorial, que sofria diante da dificuldade de expansão e a costumeira falta de recursos financeiros que os assolava. O ensaio *Carta aos livreiros do Brasil*, de Geir Campos, é uma das provas cabais de que a situação era precária. Até mesmo a formação de mão de obra era uma questão relevante e dificultosa para o setor, a distribuição era outro problema latente e até mesmo o pagamento de direitos autorais aos autores e tradutores traziam problemas às editoras.

A chegada do ano de 1961 e a posse de Jânio Quadros como presidente marcam a criação do Conselho Nacional de Cultura, e dele nasce o Serviço Nacional de Bibliotecas para defender e ampliar as bibliotecas de todo país. No entanto, Jânio renuncia à presidência, e João Goulart assume o posto, gerando bruscas rupturas dentro dos mais diversos setores culturais, o que desencadeou novamente grandes impactos e reviravoltas nos órgãos recém-criados com fins de ampliar o acesso da população aos livros.

A debilidade do INL pode creditar-se quer à falta de vontade política dos sucessivos governos para o enfrentamento do desafio que significaria retirar do atraso secular o desenvolvimento das práticas de cultura letrada no país, quer à descontinuidade institucional, quer ao contexto em que os meios de comunicação de massa, como o rádio, o cinema e, posteriormente, a televisão, não o favoreciam (Bragança, 2009, p. 244).

João Goulart permanece na presidência até ser instaurado o golpe que implantou no país a ditadura cívico-militar em 1964.

Desde a sua implementação, a ditadura militar brasileira foi propulsora de severas censuras artísticas, embora espaços do universo dos livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo de direita (Reimão, 2014, p. 76) este movimento ocorria de forma desordenada e sem critérios pré-definidos. Devido à falta de organização para fazer as apreensões, determinados personagens acabaram se tornando figuras marcadas, alvos recorrentes da ditadura como Ênio da Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira. Não era à toa que Ênio era carta marcada, pois sua editora era um famoso ponto de encontro de diversos intelectuais à época, parte deles ligados ao Partido Comunista. A *Revista Civilização Brasileira* (RCB), lançada sua primeira edição em 1965, se tornou um símbolo da resistência cultural ao regime ditatorial, e esteve dentre as mais vendidas desde sua estreia nas bancas, até 1968, ano do decreto que criou o Ato Institucional de número 5 (AI-5). Tão desordenado era o regime de apreensão cultural inicialmente, que em maio de 1965 a prisão de Ênio Silveira se tornou motivo para um desentendimento entre o então presidente Castello Branco e o chefe de Gabinete Militar Ernesto Geisel. Deste episódio surge a famosa correspondência que dizia: “Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural” (Gaspari, 2002, p. 239).

Ao passar dos anos, a ditadura precisou metodizar seus processos e organizar de forma mais assertiva o que seria censurado. No caminho, houve repreensão a obras que em nada feriram as crenças militares, como por exemplo, a obra *A Capital* de Eça de Queirós, repreendida por ser confundida com *O Capital* de Marx. Em 1967, fica então decidido que a censura aos livros é um problema da esfera Federal, e em dezembro de 1968 o presidente Costa e Silva edita o AI-5, que estabelece, dentre outras medidas, poderes excepcionais ao Executivo para decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores, bem como a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas pela Constituição, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e das garantias de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional (D’arújo; Soares; Castro, 1994, p. 296). Inicia-se desta forma os chamados Anos de Chumbo.

A censura prévia, quando passou a ser aplicada ao campo editorial, através do Decreto-Lei de número 1.077, de 26 de janeiro de 1970, dizia em seu artigo primeiro que não seriam toleradas publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes em quaisquer meios de comunicação. No entanto, mais uma vez, a repercussão não foi positiva e a oposição se pronunciou firmemente contra as novas regras.

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B, a Instrução número 1-70 de 24 de fevereiro de 1970 que explicita que “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes” (Reimão, 2014, p. 78).

Apesar da pequena vitória, esse movimento não demarcou uma real liberdade para publicar, uma vez que esses limites eram muito frágeis e facilmente deturpados para caber aos interesses dos governantes no poder. No dia a dia, as publicações eram censuradas, em sua grande maioria, a partir de denúncias. Outras, geralmente advindas de editoras que tinham receio de investir seu dinheiro em um livro que poderia ser recolhido, eram submetidas à leitura prévia dos censores antes de serem efetivamente publicadas, provocando um movimento de autocensura dentro das próprias editoras. Ao contrário de Ênio, a maioria dos editores acabou deixando-se levar pelas imposições; isto porque, além de ser muito difícil lutar contra a onda de censura sendo cidadãos comuns, não tão social e financeiramente privilegiados, a indústria editorial nunca tinha sido tão bem assistida pelo Estado quanto naquele período ditatorial (Lablanca, 2009, p. 131). Durante o período da ditadura, as importações de equipamentos tornaram-se mais comuns, impostos foram isentos e o acesso aos financiamentos facilitados, ou seja, apesar das diversas proibições de conteúdo, o mercado editorial conseguia ainda, de alguma forma, se manter. É possível que até conseguindo permanecer no mercado de forma mais confortável que antes.

Tornar constitucionais atividades inconstitucionais, tal como a censura, é uma prática recorrente dentro de regimes totalitários e ditaduras. Os Atos Institucionais e as Portarias criadas durante o Regime Militar serviram para que os censores, inclusive após o fim da ditadura, conseguissem sair ilesos e livres de punições mais severas. Essa prática reflete a continuidade da mentalidade autoritária que remonta aos tempos coloniais, quando o controle da informação e a restrição à liberdade de expressão foram usados para manter o poder e silenciar oposições. A isenção de responsabilidade diante dos atos cometidos, a máscara de legalidade às ações contra os direitos humanos e civis, perpetuaram assim a impunidade e a falta de responsabilização. Essa conexão histórica com as raízes de formação do Brasil, assim como a semelhança entre outros regimes autoritários ocorridos mundo afora, demonstra como

as estruturas foram formadas para privilegiar os que detêm o poder financeiro, político e social deixando um legado de impunidade e violação aos direitos fundamentais.

2.3 Gênero em discussão nas escolas

Na trajetória histórica do Brasil, a narrativa militar ainda ecoa em diversos aspectos da sociedade contemporânea. A transição da ditadura para a democracia, embora tenha representado um marco de avanço político, deixou cicatrizes profundas que ainda refletem nas discussões atuais, especialmente aquelas que se relacionam diretamente a questões divergentes das ideologias militares, ou seja, das liberdades individuais e coletivas. Em um contexto pós-ditadura, que ainda carrega as nuances de um passado autoritário, mas que não tem mais suas vontades como regras, diferente do que se possa imaginar, o termo “ideologia de gênero” não é um conceito acadêmico ou científico, mas uma expressão que ganhou popularidade dentro de grupos conservadores. A nomenclatura, no entanto, não foi escolhida sem fundamentação: Rogério Diniz Junqueira (2018) diz que os termos “ideologia/teoria de gênero” são uma invenção católica que surge em Pontifício Conselho para a Família e em conferências episcopais entre os anos de 1990 e 2000. O autor, além disso, ressalta que não há relação entre ideologia de gênero e os Estudos de Gênero – este sim parte de uma pauta científica que versa a respeito das diferenças entre o sexo biológico e o gênero – apesar de estudiosos da área acreditarem que a semelhança entre ambos não se deu de forma aleatória, mas que tenham sido escolhidos com objetivo certo de confundir a população.

O uso da palavra “ideologia” tem o objetivo de atacar e desacreditar todo um campo de estudos na área de gênero e a palavra “gênero” passa a representar um plano escuso para implementar uma suposta igualdade total e absoluta, em um mundo “sem gênero” (Brunetto; Mottin, 2020, p. 116).

O termo se tornou mais popular em todo o mundo com o avanço do movimento conservador contra os direitos adquiridos pelas pessoas LGBTQIA+, e a maior visibilidade das questões que envolvem o gênero dentro das discussões sociais e políticas. Chega de forma massiva à mídia brasileira quando passa a estar presente em pronunciamentos de Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores políticos, e ganha maior notoriedade quando começa a ser usado na campanha eleitoral do presidenciável, que dizia que o combate à tal ideologia seria um dos princípios fundamentais de seu governo, aliado ao enfrentamento da temida doutrinação marxista. Em seu discurso de posse, o então recém-eleito presidente, Jair Messias Bolsonaro dizia: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (Cinco..., 2019).

Ainda que o tema tenha ganhado mais espaço na grande mídia somente com a ascensão da família Bolsonaro, o tema já era discutido entre o meio cristão brasileiro há alguns anos. Trazia como nome relevante à discussão Marisa Lobo, que se intitula nas redes sociais como psicóloga cristã, e é autora de livros frequentemente citados pelos conservadores sobre o assunto, como *Famílias em perigo: O que todos devem saber sobre a ideologia de gênero*, e *A ideologia de Gênero na educação: Como essa doutrinação está sendo introduzida nas escolas e o que pode ser feito para proteger a criança e os pais*. Como é observável nos títulos de suas obras, Marisa defende a teoria de que o governo – em especial os líderes de esquerda que, no caso do Brasil, são representados majoritariamente por filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) – tem por objetivo introduzir nas escolas materiais com capacidade de doutrinar crianças e, sobretudo, naturalizar a homossexualidade. Característica esta que para uma parcela dos cristãos e evangélicos, não é uma condição natural e normal, mas um pecado e sinal de desvio moral.

O debate em torno do termo continua a suscitar controvérsias na sociedade brasileira. Ao passo que o tema se alastra e consegue maior visibilidade nas redes sociais e na grande mídia, os defensores dos direitos LGBTQIA+ e os acadêmicos das áreas de Estudos de Gênero buscam esclarecer as distinções entre o que é, de fato, objeto de estudo científico e uma pauta relevante dentro das escolas e na formação dos professores, do que é especulação, desinformação e mentiras criadas com o objetivo de frear um movimento de ampliação de direitos dos grupos minoritários. Desvincular o gênero de uma moralidade cristã ainda é um desafio, que se torna compreensível ao passo que entendemos que, ao longo da história, as discussões acerca de condutas sexuais foram construídas baseadas nos interesses não somente do Estado, mas também da Igreja. Historicamente, diversas sociedades consideram a sexualidade como um assunto de interesse público, julgando que a dinâmica sexual era capaz de interferir diretamente na manutenção das normas e dos valores da sociedade.

No plano estritamente político, as intervenções estatais apoiavam-se no pressuposto de que à sexualidade vinculava-se o destino de um conjunto de entes transcendentais, como a “família”, a “raça”, a “nação” ou a “espécie”. A sexualidade era, portanto, um interesse de Estado a que deviam estar submetidos os interesses particulares (Carrara, 2018, p. 327).

Deste modo, os desejos dos indivíduos foram submetidos à moral pré-estabelecida pelo Estado, que se baseia nas crenças que melhor se adequassem aos interesses públicos de soberania nacional e manutenção da ordem, o que muitas vezes se mesclava de forma quase imperceptível aos interesses fundamentais da Igreja dentro do âmbito familiar. Ao longo do tempo, as perspectivas sobre a sexualidade evoluíram, e com a crescente valorização da

autonomia individual, se pode experimentar também uma maior liberdade sexual. Essas transformações só foram possíveis devido à popularização dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, feminista e LGBTQIA+ que, dentre diversos outros, deram ênfase à discussão da liberdade individual e do respeito à diversidade sexual e de gênero. Entretanto, o projeto disciplinar da anátomo-política dos corpos, que caracterizava o dispositivo da sexualidade, continua presente (Carrara, 2018, p. 335) ainda que seja possível desfrutar atualmente de uma sensação de maior liberdade e amparo no âmbito das leis.

Nesse contexto de crescente evolução das concepções de sexualidade, assim como da valorização da autonomia e dos direitos individuais, surge a necessidade de revisitar as abordagens educacionais tradicionais nos currículos escolares para ser possível dar as ferramentas necessárias aos educadores para exercerem seu papel dentro das salas de aula de forma eficiente. No entanto, ainda que haja uma perceptível evolução no âmbito político no que tange os grupos minoritários, a discussão sobre gênero dentro das escolas enfrenta grande resistência, uma vez que há grupos de pessoas que argumentam que a educação deve refletir valores e crenças tradicionais, ou até mesmo ser completamente neutra e imparcial. Imparcialidade esta que é, além de impossível, inadequada para um ensino libertador. O espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra (Freire, 2002, p. 50). A liberdade do docente para expor suas ideias se faz fundamental para que se crie um ambiente escolar rico em reflexões e aprendizados. Essa autonomia deve ser uma via dupla para professores e alunos, onde as opiniões são compartilhadas, mas não impostas. O compartilhamento de ideias e perspectivas, quando feito de forma respeitosa e ética, enriquece o processo educacional, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, incentivando o questionamento, estimulando a autonomia e preparando os discentes para serem bons argumentadores, assim podendo exercer sua cidadania de forma plena. A liberdade em sala de aula também é primordial para a preparação para o ambiente democrático, baseado no respeito e na tolerância às diferenças.

Considerando as raízes tradicionais religiosas intensamente marcadas na sociedade brasileira, a existência desse tipo de debate dentro das escolas já demonstra ser um reflexo do avanço político e social, uma vez que agora existe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que garante a liberdade de cátedra nas escolas, e o respeito à diversidade. No entanto, encontrar o equilíbrio entre a promoção dessas pluralidades sem ultrapassar o limite das crenças religiosas das famílias dos alunos, ainda é um desafio que a educação brasileira enfrenta diariamente. A resistência por parte dos grupos conservadores se estende às escolas,

gerando conflitos e dificultando a promoção de debates saudáveis sobre temas relevantes, como diversidade sexual, étnico-racial e religiosa. Seus posicionamentos tradicionalistas são defendidos como uma preocupação com a família tradicional, e com o cuidado com as crianças, uma vez que acreditam que apresentar diferentes formatos de famílias ou introduzir as discussões sobre sexualidade pode influenciar negativamente seus filhos e afastá-los da moral cristã adotada em casa.

3. INTERNET E REDES SOCIAIS: VILÃS OU ALIADAS?

Ao pensarmos no desenvolvimento da internet, falamos diretamente sobre finalidades políticas e de controle de informação e comunicação. Apesar da rede ter se tornado tão popular entre os cidadãos e sua interface ter sido inteiramente reformada para se adaptar ao uso cotidiano nos computadores, e depois adaptada para o uso em *smartphones*, suas finalidades de origem ainda reverberam, agora com um alcance muito maior e com novas ferramentas e formas de controle comunicacional surgindo diariamente. Através da caminhada em sentido à democratização do acesso à internet, nasce um novo modo de consumo de notícias, no entanto, há pouca regulamentação específica a respeito do bom uso da rede, o que dificulta que o consumidor final identifique de forma rápida o que é confiável ou não.

O aumento da diversidade de redes sociais e as diferentes aplicações de algoritmos em cada uma delas torna o processo de diferenciação entre o real e o falacioso ainda mais complexo, uma vez que a recorrência de determinado tipo de apresentação de conteúdo deriva, principalmente, do que o algoritmo entende que o consumidor gosta e, portanto, é ofertado em maior quantidade conteúdo similar. Esse modo de oferta e consumo de notícias torna o processo de diferenciação dos fatos e das especulações e falácias muito mais trabalhoso. Além disso, o grande alcance facilmente obtido através do digital, corrobora para haver um interesse político latente na utilização das plataformas.

Na corrida presidencial dos Estados Unidos em 2008, Obama revolucionou o cenário político-digital e mostrou ao mundo o poder da *web* durante uma campanha eleitoral. O Brasil rapidamente aderiu ao método, e o cenário digital se tornou também um palanque eleitoral. O modo de fazer campanhas *online* se diversificou, profissionalizou e hoje se mostra tão relevante quanto a TV. No entanto, em tempos de polarização política, conseguir separar o real do falacioso no digital ainda é um desafio.

Nos capítulos a seguir, discutiremos também o papel político da religião, e as suas formas de adaptação ao longo da história para se manter influente e se adaptar às novas formas de comunicação. Compreendendo a partir dessas análises como a religião foi capaz de influenciar a propagação de movimentos como o Escola Sem Partido, e como a posição política de pastores e porta vozes das comunidades neopentecostais propiciou o escalonamento de seus ideais baseados em crenças religiosas ao ponto de saírem do campo das discussões *online* e nas igrejas, se tornarem projetos de lei que miravam na abrangência nacional.

3.1 Da ARPANET aos algoritmos

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, ao contrário do que se imaginava, não houve um descanso das investidas com fins de controle e soberania. Assim, logo de pronto se inicia a corrida tecnológica entre Estados Unidos e União Soviética – estes que antes, durante o período de guerra, lutaram lado a lado – onde ambos países buscavam angariar para si o título de potência criadora. Ao perceber que a União Soviética avançava no campo espacial, e cientes de uma possível investida nuclear, os Estados Unidos criaram a ARPANet, uma espécie de rede cujo objetivo era ligar os militares e os pesquisadores americanos através de um *backbone* subterrâneo. Desse modo, as mensagens eram divididas em “pacotes”, e davam garantia que a perda de acesso a uma das máquinas receptoras, não causasse uma perda total das mensagens enviadas. Esse modelo se provou muito funcional, visto que os *backbones* ficavam escondidos sob a terra e imune a quaisquer problemas causados pelos inimigos com finalidade de prejudicar a comunicação. Assim, os Estados Unidos saíram à frente da União Soviética por conseguir manter uma rede comunicacional eficaz, rápida e inovadora.

Passando o tempo, o potencial da rede passou a ser explorado por outros estudiosos da área tecnológica e comunicacional, e durante os anos noventa o inglês Tim Berners-Lee criou o projeto WWW (*World Wide Web*), que consiste em uma espécie de teia compiladora de links e textos que prometia facilitar a navegação online. Através de uma interface mais simples e intuitiva, o usuário comum conseguiria explorar este novo universo. Desse modo, a internet como conhecemos hoje passou a tomar forma e se expandir. Esse modelo idealizado por Lee consiste no hipertexto – que, para Martins (2012, p. 52), é uma plataforma de estruturação de textos interligados por elos de conexão semântica: através da linguagem HTML de programação, nos permite ligar conteúdos a outros de forma quase infinita. Em uma estrutura hipertextual, o usuário não tem o compromisso de seguir a ordem “começo, meio e fim”, podendo traçar a sua ordem particular, navegando através dos documentos interligados. (Monteiro, 2001).

Ou seja, quando pensamos na internet hoje, compreendemos que há possibilidades praticamente infinitas de navegação, sendo impossível acessar tudo que nela contém. Essa característica vem se acentuando a cada dia na era das redes sociais, visto que a veiculação de outras fontes ao longo de um texto, vídeo ou até mesmo imagem, se tornou ainda mais fácil e prática de ser feita. Para Marcelino (2020, p. 23), a ideia central era a de que a internet seria um instrumento de aprofundamento da democracia liberal e de ampliação das liberdades civis por meio de novas ferramentas de deliberação. Todavia, essa infinidade de dados e possibilidades

mostrou outro lado: um usuário não conseguirá esgotar a leitura acerca de um determinado tema, exatamente pela quantidade de material disponível na rede.

Assim, os algoritmos nascem sob a promessa de entregar os conteúdos mais relevantes a cada usuário, respeitando seu perfil de interesse e pesquisas anteriores. Cria-se, deste modo, uma era de personalização, onde a navegação é diferente para cada usuário, e os resultados são colocados de modo que confirmem o que o algoritmo subentende sobre cada consumidor. Agora, obtemos o resultado que o algoritmo do Google sugere ser melhor para cada usuário específico – e outra pessoa poderá encontrar resultados completamente diferentes. Em outras palavras, já não existe Google único (Pariser, 2012, p. 6). Portanto, não há acesso garantido a informações confiáveis, mas uma poderosa artimanha de recompensas que garante ao usuário da rede um grande leque de alternativas que se adaptam às suas preferências dentre os mais diversos campos e assuntos.

Tal funcionalidade dos algoritmos confere uma sensação ao usuário de que sua opinião é unânime ou, ao menos, a mais aceita dentre seu grupo de semelhantes. Diante desse tipo de conclusão, entende-se que uma vez que sua visão sobre determinado assunto está sendo a mais recorrente, é porque ela é a que se aproxima da verdade. Assim, validam-se argumentos que por vezes não apresentam algum embasamento teórico, científico ou que ao menos correspondam realmente à opinião majoritária, uma vez que o algoritmo entrega ao usuário o que encontra de mais adequado ao seu perfil. Logo, potencialmente pode ocorrer uma erosão da solidariedade social, perda da capacidade de empatia e que a condução das escolhas cidadãs venham a ser pautadas por visões de mundo opacas e endógenas (Pelizzari; Junior, 2019, p. 3).

Apesar de hoje a internet ser uma importante ferramenta informacional e ter revolucionado o modo de se obter notícias, infelizmente ainda há poucas formas de checagem de informações, o que corrobora para a disseminação também de notícias falaciosas. Segundo o relatório *Desinformação nas eleições de 2018: O debate sobre fakenews no Brasil*, conduzido pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas em 2019, se tornou uma estratégia política. O relatório versa ainda sobre como os robôs, ou *bots*, facilitam o rápido alastramento dessas notícias que, com a possibilidade do anonimato, criam uma estratégia publicitária de geração de boatos virtuais facilmente replicáveis, compartilháveis, e com baixíssimo custo financeiro.

Manipula-se o debate orgânico via redes sociais sobre agendas de destaque do saber público — pautas da política, acontecimentos recentes, notícias de veículos notórios da imprensa convencional —, com velocidade e eficácia, em especial quando a estratégia de dispersão de conteúdos detém como catalisador um ator de renome. Um político ou celebridade, por exemplo, que compartilhe uma informação não verificada e que seja de interesse próprio. Quando isso ocorre, não somente a informação “falsa”

passa a chegar a um público muito maior, como adquire a ilusão de verossimilhança, exatamente porque a fonte (no caso, o ator de fama ou popularidade) é conhecida por quem é alcançado pela postagem (Ruediger, 2019, p. 17).

Essas notícias inverídicas são enviadas através das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, onde os usuários têm liberdade e facilidade em replicar o que recebem, e acabam o fazendo sem checar a veracidade das informações porque acreditam na palavra daqueles que os enviaram a mensagem. Há, de certo modo, uma verossimilhança entre a *Fake News* e uma notícia real, o que torna viável que, por vezes, essas falácias terminem alcançando lugares de destaque em sites de notícias, o que aumenta a credibilidade nas mentiras, ainda que boa parte do sucesso dessas notícias se dê diante da confiança do receptor no emissor da mensagem. A falta de verificação aprofundada por parte dos internautas que compartilham essas notícias, assim como dos *sites* e plataformas que as permitem circular, cria um ambiente complexo para o debate político, cheio de polarizações e que põe em xeque a confiança nas instituições democráticas, assim como na ciência e no trabalho exercido pelos profissionais de comunicação, o jornalismo profissional é marginalizado e o líder político se relaciona de forma imediata com uma multidão não mais de cidadãos, mas de “seguidores” (Miguel, 2019, p. 47).

Ao passo que a internet se tornou um meio de comunicação significativo, surgiram também formatos alternativos de publicidade para a *web*. Entre essas modalidades, os *banners* expostos em sites e blogs representam um dos precursores nos pagamentos por propaganda online que, diferentemente das publicidades tradicionais veiculadas em meios físicos, radiofônicos ou televisivos, tem meios de pagamento variados que, em sua maioria, dependem do desempenho da página onde estão expostos. A remuneração varia podendo ser dividida em: custo a cada mil impressões (CPM), ou seja, a cada mil aparições para usuários; custo por cliques (CPC), direcionando os potenciais clientes ao site; ou custo por aquisição (CPA), que consiste no pagamento de acordo com a quantidade vendida através do anúncio. Para os sites que veiculam esses anúncios, é crucial manter um fluxo constante e significativo de tráfego para garantir uma remuneração satisfatória. Muitas dessas páginas recorrem aos chamados "*click baits*" ou "caça cliques", que consistem em títulos chamativos e provocativos com apelos polêmicos, sensacionalistas ou intrigantes, visando aumentar o número de acessos. Essa prática não é nova, e nem exclusividade da internet, tendo sido observada anteriormente em revistas, especialmente aquelas voltadas para o universo das celebridades. No entanto, na era digital, com a maior parte do conteúdo disponível gratuitamente, essa estratégia se provou muito mais eficiente do que antes quando o público precisava pagar para conseguir ter acesso ao conteúdo. Por outro lado, a vasta oferta de conteúdo contribui para que a leitura digital seja cada vez mais

superficial o que, por sua vez, colabora diretamente para a disseminação de desinformação e de notícias falsas. Os títulos, muitas vezes com alguma informação aumentada ou distorcida da realidade, chamam a atenção do leitor que o compartilha sem ler o restante da matéria/*post* que repassa. Assim, criando um trecho muito difícil de ser rastreado, uma vez que grande parte dos compartilhamentos se dá através de aplicativos de mensagens instantâneas.

A dinâmica da internet como um todo, abraçando desde os mecanismos de busca como o Google até as redes sociais e os jornais digitais, revelou-se muito mais complexa do que poderia ser previsto com a criação da ARPANet. A afirmação de Ouriques (2019, p. 21) de que nada é anterior à determinação da vontade, ressalta a influência das escolhas humanas na formulação dos algoritmos que estruturam a experiência digital que conhecemos. Embora estes algoritmos apresentem suas limitações, são projetados para refletir as aspirações e objetivos dos homens. D’Amaral (2020, p. 4) reforça a importância da vontade humana na busca pela felicidade, destacando que esta é um objetivo a ser conquistado e não uma realidade predeterminada. Essa perspectiva sugere que, se não houvesse uma relação estreita entre nossas escolhas e a estruturação dos algoritmos, a existência dessas ferramentas não teria sentido. Portanto, a interação entre humanos e algoritmos expõe um cenário de influências mútuas, onde as vontades do homem desempenham papel central na definição do funcionamento da ferramenta. Uma vez que a polarização é funcional para impulsionar candidatos políticos, enquanto desumaniza outros, podemos considerar que esse cenário se torna ainda mais interessante para o campo eleitoral quando consegue colocar um “lado” contra o outro. Imaginar o outro como uma realidade absolutamente externa [...] deslegitima a possibilidade de responsabilizar-se em rede sobre o que se faz com o outro (Ouriques, 2019, p. 32). Dentro dessa lógica, a ideia de que estamos uns contra os outros cresce, e é constantemente alimentada pelo algoritmo que distancia o usuário ainda mais do que é divergente de seu perfil pré-estabelecido através da captação de dados. Na prática, o que observamos são discursos polarizados, com uma conotação quase religiosa diante das figuras.

3.2 Escola sem Partido: Silenciamento docente

Apropriando-se de uma visão positivista de que os educadores deveriam adotar uma postura imparcial sobre o ensino, o movimento Escola Sem Partido surge em 2004, mas permanece como um tópico pouco conhecido ao grande público até o ano de 2014, quando o Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PL), convida o criador do movimento, que ao momento ocupava cargo de procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, para escrever um projeto de lei (PL 2974/2014) a fim de implementar no âmbito do sistema de ensino

do Estado do Rio de Janeiro o “Programa Escola Sem Partido”. Em sua justificativa, o Projeto de Lei diz que: “É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – por vezes incompatíveis com os que lhe são ensinados por seus pais.”. Demonstram assim, falta de coerência com a realidade educacional que, por sua vez, deve dar aos alunos a possibilidade de conhecer as diversas facetas do mundo, trabalhando sua capacidade crítica e dando autonomia o suficiente para analisá-las, para que, deste modo, possam adotar para sua vida o que lhe couber de mais compatível.

Toda bibliografia deve refletir uma intenção fundamental de quem a elabora: a de atender ou a de despertar o desejo de aprofundar conhecimentos naqueles ou naquelas a quem é proposta. Se falta, nos que a recebem, o ânimo de usá-la, ou se a bibliografia, em si mesma, não é capaz de desafiá-los, se frustra, então, a intenção fundamental referida (Freire, 1981, p. 8).

Com a difusão do projeto, os aliados e apoiadores de Flávio e da família Bolsonaro – que há época já estava caminhando para um momento de grande popularidade no meio político – colaboraram para o escalonamento de uma onda de descrença na educação, principalmente na oferecida na rede pública. No entanto, essa tendência de desmoralização e revolta contra o ensino público não foi, nem de longe, uma iniciativa inédita. Frigotto (2017) afirma que, a partir do século XX, é iniciado um estímulo ao mercado educacional, onde são formados grandes grupos que tornam o ensino uma prática lucrativa, e para que esse novo projeto financeiro se tornasse realmente lucrativo, foi preciso que a formação e as funções dos docentes fossem alteradas. Assim como na história, o movimento se repete, só que desta vez contando com a ajuda da internet e sua capacidade de distribuição em massa de informações.

A internet foi amplamente utilizada pelos grupos ligados ao Escola Sem Partido para fomentar o sentimento de revolta na população brasileira que, através de suas redes sociais e aplicativos de mensagens rápidas, passou a ser bombardeada ao longo de todos os dias por notícias alarmistas. Ainda que, em sua grande maioria, essas notícias fizessem parte das ainda tão pouco faladas *fake news*, às pessoas que recebiam essas informações – encaminhadas em grupos, por amigos, entes queridos ou alguma personalidade midiática na qual depositavam alto grau de confiança – acabavam acreditando e repassando sem conferir a veracidade do conteúdo. Uma enxurrada de mensagens e notícias sobre supostas tentativas de imposição ideológica promovidas por professores dentro das escolas chegou aos brasileiros em seus celulares, causando revolta e sensação de insegurança latente em relação ao ensino e a qualidade educacional que vinha sendo ofertada na rede pública. A pedagogia da confiança e do diálogo

crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores (Frigotto, 2017, p. 17). Além dos repasses das mensagens em aplicativos como WhatsApp e Telegram, o movimento contava ainda com a ação dos algoritmos que, por sua vez, foram largamente utilizados para propagar os ideais do grupo nas redes sociais onde conseguiam divulgação gratuita, principalmente quando obtinham sucesso em criar *posts* que gerassem sensação de alarde e insegurança em pais e responsáveis de crianças e adolescentes. Essas publicações eram especialmente projetadas para destacar casos isolados, ou distorções da realidade com fim de enfatizar os perigos da suposta doutrinação ideológica nas escolas, principalmente utilizando do sensacionalismo acerca de temas como a ideologia de gênero, orientação sexual, e marxismo.

Solidificado à base do medo, surge um dos principais ataques do movimento Escola Sem Partido, direcionado à veiculação dos livros didáticos que eram ofertados aos colégios públicos através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Governo Federal, responsável pela seleção, checagem, compra e distribuição dos livros. O PNLD é também o segmento que gera a maior movimentação monetária dentro do mercado editorial brasileiro. A extrema-direita, através de um excelente uso das redes sociais e da internet como aliada de seus interesses ideológicos e políticos, e com grande apoio e comoção da Igreja Neopentecostal, conseguiu criar uma grande rede de apoio ao projeto Escola Sem Partido. Compartilhando boatos sobre o que diziam ser doutrinação dentro das escolas, conquistaram espaço dentro de comunidades de pais e cuidadores de crianças e adolescentes. Um de seus atos mais marcantes foi a disseminação de uma teoria conspiratória, junto ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro (PR), sobre o “*kit gay*”, um suposto material que seria distribuído em escolas brasileiras com o objetivo de promover a ideologia de gênero e a homossexualidade entre crianças e adolescentes. O material que era exposto e criticado, de fato existia, mas era utilizado para a formação docente como parte do programa Escola Sem Homofobia, uma iniciativa criada pelo Governo Federal em 2004. Apesar de a teoria ter sido amplamente desmentida em diversos veículos de comunicação oficiais, e até mesmo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tendo ordenado que Bolsonaro removesse de suas redes sociais os vídeos em que aparecia criticando o material, a notícia já havia se alastrado e, mesmo com anos passados desde o início do incidente, ainda há pessoas que acreditem que o kit realmente existiu, e foi distribuído nas escolas.

Em cenários de polarização política, a circulação de boatos e notícias falsas pode acentuar-se. Esse é um ponto crítico para a circulação e o consumo de informações. Em um contexto em que as notícias mais consumidas são aquelas que servem de boas

‘armas’ na guerra de informação entre os dois lados do campo político, tais conteúdos são a escolha perfeita dos ‘soldados’ (Sorj *et al.*, 2018, p. 47).

O fato é que, ainda que o movimento não tenha conseguido se estabelecer para além da esfera social, como tentou através dos Projetos de Lei que acabaram não sendo aceitos, obteve grande sucesso no quesito de importunação ao mundo educacional. Como previamente exposto, utilizaram a tática de tornar pessoas comuns em deladoras, incentivando uma espécie de caça aos livros que fugissem à moral cristã. Mesmo sem respaldo da lei, o movimento conseguiu estender seu alcance para dentro de escolas públicas e privadas, tornando professores e seus materiais didáticos alvos recorrentes de vídeos, fotos e gravações. Diante desse movimento de alta exposição, educadores passaram a ter de lidar diariamente com a constante vigilância e reprovação de seus trabalhos, que se estendia também para fora das salas de aula, tornando cada vez mais perigoso expressarem suas opiniões políticas e sociais. Não era incomum presenciar relatos de professores que foram, em algum momento, vítimas de injúrias e ameaças, tornando o ambiente de trabalho hostil e aumentando a sensação de insegurança. Em entrevista ao *Correio Braziliense* em novembro de 2018, uma professora de história cuja identidade fora preservada, relatava ser alvo de ameaças por conta do conteúdo discutido em suas aulas. A entrevistada dizia: “Criaram perfis falsos para me atacar no Facebook. Apaguei todas as redes sociais. Na sala de aula, apontam o celular para mim”. Assim, o Movimento Escola Sem Partido invoca uma ética, que é sinônimo de silenciamento docente, e mostra total desprezo pelo processo de mediação assumindo uma posição radical entre “doutrinação” e silenciamento (Ramos; Santoro, 2017, p. 146), caminhando em sentido a desacreditar a capacidade de discernimento e pensamento crítico dos alunos, como se os expor a diferentes vertentes de entendimentos os obrigasse a seguir de forma acrítica o que seus educadores os dissessem.

Durante a caça, diversas obras literárias sofreram tentativas de censura. Dentre elas, gostaria de destacar algumas que chamaram atenção por serem mal interpretadas pelos censores, conferindo a impressão de uma leitura superficial das obras. São elas: *Enquanto o Sono Não Vem*, de José Mauro Brant, devido ao conto “A Triste História de Eredegalda”, onde um pai sugere se casar com sua filha, Eredegalda; *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel, por supostamente doutrinar crianças ao comunismo; *Bolsa Amarela*, de Lygia Bojunga, por acreditarem abordar questões de sexualidade e gênero; *A Semente do Nicolau*, de Chico Alencar, esta somente por ser de Alencar. Apesar da obra não apresentar nada considerado polêmico, tampouco que ferisse a moral cristã ou os ditos bons costumes, fora escrita por um político filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o que já era considerado motivo suficiente para que tentassem um boicote.

A restrição de temáticas abordadas em sala de aula, além de uma prática que em diversos aspectos se assemelha às ações adotadas em regimes ditatoriais do passado, também compromete a autonomia intrínseca ao exercício do trabalho docente, colaborando para a desvalorização da profissão e o empobrecimento da qualidade de ensino ofertada na rede pública e privada. A autonomia e o livre-arbítrio dos professores são direitos respaldados por lei no Brasil, e garantem uma oferta de ensino que se adéque ao público que o recebe e melhor se adapte às diversas realidades que os professores encontram dentro das salas de aulas. O desrespeito a esta conquista de liberdade, pode impactar negativamente a formação de cidadãos com capacidades críticas.

Não só a legislação brasileira, mas de muitos países no mundo, considera que os professores devem ter a liberdade de ensinar e, nesse ato, eles devem inovar, para criar métodos apropriados de comunicação e atividades relevantes para os alunos. Essas atividades devem estar de acordo com as necessidades e capacidades da comunidade na qual a escola está inserida, ainda mais se se considera a diversidade do Brasil (Andrade, 2022, p. 47).

3.3 Igrejas dominando os meios de comunicação

Romeiro (2004) conta que o movimento pentecostal surge no Brasil em 1910, com a Congregação Cristã, e que até 1950 seus cultos aconteciam sem chamar a atenção. Nos anos seguintes, conquistam espaço em canais de comunicação, e provam ter uma excelente capacidade de expansão, o que faz esse cenário de invisibilidade mudar. O movimento cresceu tanto que se tornou o maior do meio evangélico no Brasil, e deu origem também ao movimento Neopentecostal, no qual destacamos a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que traz consigo uma nova mensagem baseada na, até então pouco falada, “teoria da saúde e da prosperidade”. A teologia da prosperidade foi criada nos Estados Unidos no século XX, e seu modo de atuação se distingue das demais vertentes religiosas até então conhecidas. Para os que aderem à teoria, a pobreza não faz parte dos planos divinos e o dinheiro é uma recompensa ofertada por Deus para os que vivem a fé intensamente.

Fonseca (2003) afirma que o primeiro programa religioso foi criado em 1962, denominado como *Fé para hoje*, e realizado pela Igreja Adventista, que o mantém no ar com episódios inéditos semanais até hoje.

Assim, começava a ocupação de horários destinados a esse tipo de programação nos espaços da mídia, o que, para a emissora cedente, representava uma receita garantida de lucro: sem gastos com produção, pessoal e aparelhagem, tinha apenas o trabalho de emitir a imagem (Fonteles, 2023, p. 9).

Através da reflexão proposta por Fonteles (2023), entendemos que há interesse em ambas as partes, tanto das Igrejas quanto das Emissoras, em manter no ar esse tipo de programação. Não somente pelo lucro fácil da exibição religiosa, mas também pela audiência certa que trazem consigo. De Oliveira (2017) alerta que o modo de concessão dos meios comunicacionais no Brasil é um fator que beneficia diretamente o cenário religioso, uma vez que as concessões são ofertadas exclusivamente pelo Presidente da República, sem critérios pré-definidos, e costumeiramente escolhidas através de pré-requisitos próprios como “amizade”, dando brecha para que a religião do presente em mandato tenha benefícios perante as demais, no entanto, ainda não é o principal fator de sucesso.

O controle das concessões dos meios é, certamente, uma condição privilegiada de poder, mas não explica por si só o sucesso dos comunicadores que conseguem entrar na política. Isso porque muitos desses profissionais não são os efetivos controladores dos canais de comunicação. A grande maioria é, na verdade, apenas empregados das emissoras (De Oliveira, 2017, p. 36).

As figuras à frente dos shows também têm grande influência para o sucesso, para Romeiro (2004) a figura de uma liderança carismática e centralizada é vital para o surgimento e expansão de qualquer segmento neopentecostal, assim como as constantes afirmações de comunicação direta com o divino através de experiências subjetivas como visões, sonhos e revelações. Consideremos, então, o “carisma” segundo Weber (2000), como uma ou mais qualidades extra cotidianas, a partir da qual serão atribuídos a pessoas poderes sobrenaturais. Ainda para Romeiro (2004), esse posicionamento torna os fiéis dependentes das orientações de seus líderes, pois é através deles que se faz a mediação entre as bênçãos de Deus e o povo. Por conta dessa crença é comum ver pastores da Universal ensinando a seus adeptos que eles devem doar dízimos com base na renda que desejam receber, que é, em geral, superior à que recebem de fato (Mariano, 2004, p. 128).

Ainda que as igrejas neopentecostais tenham adaptado seu discurso de uma forma que possibilitasse que seus fiéis tivessem mais liberdade para se apresentar ao mundo através das suas roupas, cuidados pessoais, e gostos no geral, ainda permanecem com a proibição da ingestão de drogas lícitas e ilícitas, sexo extraconjugal e a homossexualidade. Como anteriormente exposto, a IURD se destaca das demais igrejas neopentecostais por seu posicionamento, mas também pela sua expansão rápida e pela conquista dos meios de comunicação. Fundada no Rio de Janeiro em 1977, por Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares (R. R. Soares), a IURD cresceu de forma inédita, e rapidamente se tornou a maior Igreja Neopentecostal brasileira. Em 1985, com oito anos de existência, já contava com 195 templos

em catorze Estados e no Distrito Federal. Dois anos depois, eram 356 templos em dezoito Estados (Mariano, 2004, p. 125). O sucesso da Universal se dá, em grande parte, pelo apelo que Edir Macedo consegue através da evangelização eletrônica, ação que iniciou em 1977 no seu primeiro programa na Rádio Metropolitana do Rio de Janeiro. A chegada às rádios é curiosa, segundo Cláudia Trevisan para a *Folha de S. Paulo* em 1997, o acesso do Bispo – até então denominado apenas pastor – à rádio só aconteceu devido a uma fiel que, acreditando ter sido curada por Macedo, vendeu um terreno herdado e com o dinheiro, possibilitou a compra de 10 minutos diários na rádio para o pastor.

A expansão da IURD foi tão expressiva que, com 12 anos de existência, em 1989, Edir Macedo comprou a Rede Record de Televisão por U\$45 milhões. A grande movimentação de dinheiro por parte do líder religioso chamou atenção e, por anos a fio, seu nome esteve em destaque em jornais e programas de TV, assim como diversas investigações foram abertas. Suas condutas de arrecadação, e o desrespeito demonstrado em relação às religiões de matriz-africana também viraram holofotes para Macedo que, com tantas intercorrências, foi para os Estados Unidos, onde já havia aberto filial da Universal, e deixou a igreja brasileira sob os comandos de outro pastor. Nesse meio tempo, criou uma nova forma de distribuir o poder dentro de sua igreja, visando não perder o controle e soberania sobre as decisões, fez isso criando três instâncias hierárquicas: Conselho Mundial de Bispos, Conselho de Bispos do Brasil e Conselho de Pastores (Mariano, 2004, p. 126). Essa decisão colaborou positivamente para acelerar ainda mais o crescimento da IURD, uma vez que, ainda segundo Mariano (2004) o processo decisório foi dinamizado, facilitando o investimento estratégico com a abertura de novas frentes de evangelização, templos e, seguindo o modelo de evangelização eletrônica implementado por Edir Macedo, a compra de emissoras de rádio e TV, editoras, gravadoras e demais empreendimentos do campo comunicacional.

O levantamento feito em 2017 pelo portal *TV História*, mostra que dentre as 11 emissoras mais relevantes do país, 52% da programação era dedicada a programas religiosos, esse número reforça o quão relevante são as narrativas das Igrejas dentro do cenário comunicacional brasileiro. Por outro lado, se considerarmos as redes sociais a IURD conta com mais de 3 milhões de seguidores na sua página do Facebook, e 1 milhão no Instagram e no YouTube. Seu canal no Telegram, utilizado para disseminar informações sobre fé, maneiras de se portar e até mesmo indicar filmes e livros, conta com mais de 49 mil apoiadores. Outras igrejas também têm se mostrado relevantes no universo digital, expandido seus métodos de comunicação com público para as redes sociais e, desta forma, almejando a conquista do público mais jovem e disposto a engajar os conteúdos online.

As narrativas das igrejas têm se infiltrado nos meios de comunicação e na produção literária de diversas formas há décadas, e os livros com temáticas religiosas, alinhados com os valores e ensinamentos das igrejas, têm ganhado espaço e conquistado altos números em vendas. Conforme a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil edição de 2020, produzida pelo Ibope Inteligência, entre os gêneros que os entrevistados costumam ler, a Bíblia permanece no topo ao longo dos anos, e os gêneros religiosos se mantêm em terceiro lugar com números estáveis e com poucas variações. A presença grandiosa e constante das igrejas, especialmente dos líderes religiosos dotados de grande carisma e facilidade de comunicação com seu público-alvo nas redes sociais, contribui também para a disseminação de ideias e colabora ativamente na influência de leitores em potencial, uma vez que os usuários enxergam no comunicador religioso uma figura de autoridade divina, capaz de se comunicar direta ou indiretamente com Deus, influenciando suas escolhas e decisões.

Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes de qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos, ou então se a toma como pessoa enviada por Deus como exemplar e, portanto como “líder” (Weber, 2000, p. 159).

Os canais digitais, deste modo, são utilizados para promover não apenas a fé, mas também para recomendar conteúdos culturais que promovam suas ideologias, demonstrando como a religião busca não somente se manter relevante, mas também atual no que tange às formas de entregar suas mensagens ao público. O modo como essa influência opera demarca novamente a grande capacidade comunicacional dos religiosos, além de refletir o poder e a força de engajamento que as igrejas têm conquistado no meio digital, o que impacta não apenas a esfera religiosa, mas também o cenário cultural e literário brasileiro em sua totalidade.

4. CENSURA NA BIENAL DO LIVRO DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo será analisado o episódio de censura promovido pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), em resposta a reclamações de seus eleitores e seguidores das redes sociais, de uma ilustração de beijo entre dois personagens masculinos na *graphic novel* dos *Vingadores* que estava sendo comercializada na Bienal, supostamente tendo como público alvo crianças. Abordando novamente as dinâmicas de controle e repressão à literatura que o Brasil ainda sofre, através da observação desse acontecimento no maior evento literário do país.

Aprofundaremos a análise da repercussão midiática imediata, assim como as reviravoltas e saídas encontradas para garantir que não fosse permitida a apreensão dos livros, assim como as respostas judiciais que garantiram a liberdade de expressão e a não interferência nas vendas. Também será abordado o papel fundamental da internet na rápida difusão do que vinha acontecendo no evento, e na elaboração das diferentes movimentações em repúdio. Em especial, o ato do influenciador digital e empresário Felipe Neto que, adotando postura combativa à censura literária e também exercendo papel crítico ao governo de Crivella (PRB), comprou milhares de exemplares escritos por pessoas LGBTQIA+, ou que tratavam sobre o tema, e distribuiu nos últimos dias do evento.

Refletindo sobre os motivos das tentativas de silenciamento da comunidade LGBTQIA+, buscaremos compreender como o conceito de família está intrinsecamente ligado à moral cristã, principalmente dentro do meio neopentecostal, e como essa conexão é nociva à educação e à promoção da diversidade. O que se entende por família tradicional nos discursos neopentecostais, enfatiza a estrutura familiar heteronormativa e patriarcal e, muitas vezes rejeita qualquer forma de identificação ou orientação sexual que fuja dos padrões. Sob o pretexto de proteção aos “valores familiares”, tentam censurar obras literárias e materiais educativos que abordem qualquer experiência ou expressão de sexualidade além da heterossexual e normativa. As restrições às discussões, por sua vez, contribuem para a perpetuação de preconceitos e discriminações, além de privar alunos de uma educação inclusiva e que valorize a pluralidade de experiências. Essa poda em nome da moralidade cristã.

4.1 Bienal do Livro do Rio de Janeiro, 2019

A Bienal do Livro, anteriormente chamada de Feira Internacional do Livro, é um evento de grande porte, realizado na cidade do Rio de Janeiro desde o ano de 1983, e é considerado o maior evento literário do país. Marcada por números crescentes de público e vendas, prova a

cada edição ser um sucesso no mercado editorial. Acontece no Riocentro, a cada dois anos, através de uma parceria entre o Sindicato Nacional dos Editores (SNEL) e os expositores. Sendo o maior evento literário brasileiro, proporciona aos leitores uma experiência literária e cultural única durante os 10 dias de funcionamento, levando lançamentos, encontros com autores, debates de relevância social – zona em que foi pioneira, trazendo à tona diversas reflexões sobre os mais variados temas, rodas de leitura e diversas outras atividades que colaboram de forma ativa para a fomentação e promoção do hábito de leitura. Em quatro décadas de existência, o evento se modificou algumas vezes para se adequar às mudanças do público. Em sua 19ª edição, que iniciou em 30 de agosto de 2019, era a primeira vez que a Bienal apresentava um pavilhão inteiramente dedicado às crianças, com programação própria visando atender melhor ao público infantil. As atrações eram diversas ao longo dos dez dias de evento, com lançamentos de livros de autores renomados, como Laurentino Gomes com *Escravidão*, a grande aposta do ano da Editora Globo, e *Uma Viagem do Brasil ao Japão*, de Mauricio de Sousa. A novidade da edição era uma nova organização da planta do evento, que tinha sido recriada para separar os perfis de público, facilitando a interação dos expositores com seu público-alvo. Tatiana Zaccaro, diretora do evento, disse em entrevista para o Buscapé, que a edição segmentaria o público, criando a sensação de uma bienal para cada um. O evento ocorreu dentro do esperado nos primeiros dias, e a programação do evento seguiu o que estava programado até a quinta-feira, dia 5 de setembro.

Após seis dias de evento, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB) solicitou que fossem recolhidas as *graphic novels* intituladas *Vingadores, a cruzada das crianças*, que trazia em uma de suas páginas um beijo entre dois personagens masculinos, como podemos ver na Figura 1. Através de sua conta na rede social X, à época ainda denominada Twitter, Crivella dizia que a obra continha conteúdo sexual para menores, e julgava que livros com esse tipo de representação precisavam ser apresentados ao público dentro de plásticos pretos, lacrados e com aviso de conteúdo.

Neste contexto, devem ficar restritas, escondidas, pois ameaçam a ordem social, à medida que podem tornar os homens esclarecidos e libertos do medo e do preconceito. A luz seria, simbolicamente, fator ameaçador que impulsionaria a consciência crítica e a libertação do medo das ideias preconizadas por algumas doutrinas ou por alguns indivíduos. (Mirandola; Almeida; Hoepers, 2021, p. 22)

Figura 1: O primeiro beijo de Wiccano e Hulking



Fonte: *Folha de S. Paulo*, 2019.

A situação era tão controversa que, em três dias, as decisões sobre a apreensão ou a proibição da cassação demonstraram um verdadeiro cabo de guerra político. Na sexta-feira, dia 6, mesmo sem autorização para recolhimento de livros, fiscais foram ao evento em busca de obras com conteúdo “impróprio” que ferissem o Art. 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que diz que revistas e publicações com material impróprio a crianças e adolescentes devem ser comercializadas em embalagem lacrada com advertência de conteúdo, conforme solicitado pelo então prefeito. No entanto, não conseguiram encontrar os exemplares da HQ dos *Vingadores*, ou quaisquer outros títulos que os alertasse para qualquer iminência de personagens homossexuais. Em um único dia, foi emitida uma liminar de segurança em favor da Bienal, pouco tempo depois, o presidente do Tribunal de Justiça, Claudio Tavares, emite outra liminar que liberava o recolhimento de livros. O cenário continuou caótico nos dias seguintes, e as decisões eram mudadas com frequência em períodos curtos de tempo.

A discussão em torno da produção e a comercialização de conteúdos literários destinados a crianças e adolescentes é uma pauta que ainda causa polêmica e desperta debates acalorados, uma vez que envolve um grande embate entre o papel da literatura na formação dos

cidadãos, em contrapartida as constantes tentativas de censura que tentam controlar o que pode ser apresentado ao público infantil e juvenil.

Para compreender a concepção de família e, principalmente, o papel adotado pelas crianças na sociedade atual, precisamos olhar em especial para o século XVII, período onde ocorreu a Revolução Industrial, que trouxe um crescimento abrupto e desigual das cidades, que destacavam as diferenças sociais entre proletariado e burguesia. Ao passo que as cidades crescem e a industrialização toma forma e força, há um natural movimento de êxodo rural, onde muitos trabalhadores partem em direção às cidades em busca de melhor qualidade de vida. O que acontece, no entanto, é uma oferta de mão de obra maior do que a necessária, e um aumento das taxas de criminalidade. Então, para que a nova elite pudesse alcançar seus objetivos com a industrialização, precisou instituir um novo conceito familiar, com a divisão clara entre o trabalho do pai, responsável pelo sustento econômico, e da mãe, responsável pela gerência da casa e dos demais assuntos domésticos. Para que esse novo formato fizesse sentido, foi necessário promover, em primeiro lugar, o beneficiário maior desse esforço conjunto: a criança. (Lajolo; Zilberman, 2007, p. 16). Junto a esse novo papel criado para a criança, surge a necessidade de objetos específicos e ramos da ciência especialmente desenvolvidos para elas. Esse papel, no entanto, era meramente estético, portanto, não cabiam às crianças decisões e eram atribuídas a elas a fragilidade e a total dependência de seus pais. Segundo Lajolo e Zilberman (2007), a escola foi então a segunda instituição criada para solidificar esse cenário, e serviria para equipar as crianças para o enfrentamento do mundo, uma vez que agora eram consideradas seres despreparados e que precisam de auxílio para compreender o cenário em que se enquadram para que, posteriormente, ao atingirem a idade adulta pudessem exercer os papéis que lhes coubessem.

Apesar de existirem registros de livros considerados infantis antes, foi somente no século XVIII e XIX que o gênero foi popularizado, em consonância com a expansão da produção de livros que já eram então vistos como mercadoria. Contudo, a comercialização dos livros estava ligada diretamente aos fins pedagógicos e educacionais, não sendo comum que livros com foco no público infantil e juvenil fossem produzidos com fins puramente artísticos ou de entretenimento e reduzindo esse tipo de literatura ao campo didático. Considerando o cenário pregresso da história da literatura infantil, não é difícil de compreendermos os motivos pelos quais até hoje o acesso aos livros por parte de crianças e adolescentes ainda traz tantas divergências. O tema suscita diferentes concepções e posicionamentos, que podem partir em direção a defesa da proteção de crianças e adolescentes contra aquilo que consideram prejudicial à sua inocência, ou em direção a defesa de que é preciso ter literatura diversa e

completa, sem subjugar as capacidades intelectuais e compreensivas dos leitores em formação. Entre censores e autores de obras censuradas há divergências quanto à concepção que se tem dos destinatários das obras, as crianças, bem como acerca da noção de proteção e quanto ao conceito de literatura. (Petrovitch; Baptista; De Sá, 2023, p. 147).

Ainda que possa existir uma boa intencionalidade por parte dos pais que tentam limitar o acesso literário de seus filhos a determinados conteúdos, é notável que nem sempre consideram o impacto negativo dessas censuras, tampouco reconhecem a importância artística e representativa da literatura. Levando em consideração que a leitura desempenha um papel fundamental na ampliação da imaginação e nas práticas empáticas e respeitadas, ao limitar seu acesso impedem que as crianças tenham acesso à possibilidade de elaborar um repertório mais diversificado a respeito da complexidade humana. O cerceamento do acesso a livros de temas heterogêneos, além de prejudicar a formação literária, pode contribuir para uma visão restritiva dos jovens leitores em relação à diversidade étnica, cultural e, sobretudo, das abordagens literárias. Vale ressaltar ainda que essa restrição, quando vinda dos cuidadores, pode ocorrer por desconhecimento. No entanto, quando um representante ou órgão público, como um prefeito, tentam disseminar esse tipo de controle ferem diretamente o direito ao acesso à cultura que é previsto sob a lei brasileira.

Voltando ao episódio da Bienal, no sábado dia 7 de setembro de 2019, os fiscais da SEOP foram novamente ao evento, desta vez para pôr em prática a decisão aprovada de recolhimento de todos os livros com temáticas LGBTQIAP+ voltados para o público jovem que não estivessem lacrados. A chegada dos agentes surpreendeu os autores presentes, que rapidamente se uniram em oposição e produziram juntos um manifesto contra a censura. Neste, alguns dos grandes nomes da literatura juvenil, como Thalita Rebouças. Além dos autores, as editoras e a própria organização da Bienal do Livro também se manifestaram contra a censura, e a favor da liberdade de expressão e da diversidade. Apesar da repercussão negativa, somente no domingo, último dia do evento, o Supremo Tribunal Federal (STF) acatou o pedido da Procuradoria Geral da República e derrubou a medida que autorizou a prefeitura a censurar os livros.

Ainda que o episódio da Bienal tenha sido mais negativo para os censores do que para os autores e editoras, visto que todos os exemplares da *HQ* foram vendidos, assim como outros diversos títulos com temáticas ou autores LGBTQIA+, é fundamental destacar que a repressão desse tipo de conteúdo não se restringiu apenas à Bienal do Livro do Rio de Janeiro, mas tornou-se uma prática cada vez mais comum e disseminada em todo o país. O incidente exemplifica como o moralismo, especialmente quando mascarado como preocupação ou cuidado, ainda é

utilizado como justificativa para limitar a diversidade de ideias e experiências, resultando no apagamento da representatividade de grupos minoritários e marginalizados na sociedade. Esse movimento de cerceamento das diferentes expressões de sexualidade é uma consequência direta da influência e expansão da ideologia cristã, particularmente da vertente neopentecostal, dentro dos círculos de poder político e judiciário, o que tem gerado um ambiente de tensão e restrição para aqueles que buscam uma sociedade mais inclusiva e plural.

4.2 Internet no Combate à Censura

Diante de um cenário em que o universo digital vem se aproximando cada vez mais da realidade de uma grande parcela da população brasileira, e a popularização dos *smartphones* garante o acesso rápido às redes sociais e a internet, era praticamente inevitável que acontecesse uma mudança no modo de recebimento de notícias. O que antes dependia majoritariamente da veiculação na televisão, em especial nos canais abertos como Globo, SBT e Record, que anos antes já tinham substituído em muitas casas o rádio, hoje chega à palma das mãos através das redes sociais, com compartilhamentos de amigos e conhecidos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 divulgou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), que mostrava que de 2017 para 2018 a quantidade de domicílios com TV caiu 0,3%, uma retração do acesso e do uso de televisores até então não documentada. Ainda assim, a região com menor acesso à televisão era o Acre que tinha 89,7% dos domicílios com acesso aos televisores, no Rio de Janeiro o acesso era de 98,9%. Ao mesmo passo que a TV começa lentamente a ter um leve declínio das casas, o mesmo estudo mostra uma queda de 1,9% no acesso aos microcomputadores em áreas urbanas, o Sudeste representa novamente a área com maior acesso, detendo 49,7% das casas com pelo menos um microcomputador. Em contrapartida, a internet vinha em crescente com um aumento de 4,2% de casas que utilizavam a rede de 2017 para 2018, e o uso do celular para acesso à rede dispara. Em 2018, 99,2% dos domicílios utilizadores de Internet, o faziam através do telefone celular e, desta vez, a diferença entre o uso em área urbana e rural não foi tão discrepante quanto em outros meios de comunicação anteriormente popularizados.

Considerando que a Bienal do Livro é um evento de grande porte que carrega como um de seus principais objetivos a popularização do hábito de leitura, e que a edição de 2019 trazia consigo uma proposta muito mais abrangente e acolhedora para o público infantil, já era de se esperar que a repercussão do evento fosse ser grande entre os jovens, principalmente na internet e nos fóruns e comunidades de leitores *online*. Após o primeiro pronunciamento de Crivella em suas redes sociais, onde anunciou a intenção em apreender e censurar livros que, sob a ótica

neopentecostal, eram “impróprios”, e com a entrada dos fiscais na Bienal para recolher os livros, o caso repercutiu rapidamente nas redes sociais. Em menos de 24 horas, o assunto já estava entre os *trending topics*, os assuntos mais falados que ganham um espaço diferenciado em uma página da rede social X, antigo Twitter, e vinha sendo comentado e noticiado por personalidades reconhecidas com milhões de seguidores, além dos veículos tradicionais de comunicação como os jornais. Nas redes, de um lado se encontravam os apoiadores da intervenção de Crivella – no geral, pessoas ligadas ao seu partido político e a movimentos como o Escola Sem Partido –, e do outro lado, em oposição ao que vinha acontecendo, eram diversos autores, editoras, leitores, influenciadores e políticos que não costumavam atrelar seus atos públicos com suas crenças religiosas.

Tomando a frente do movimento anti-censura na Bienal na internet, o influenciador digital e empresário, Felipe Neto postou um vídeo em seu canal do YouTube, no qual repudia o ato promovido por Crivella. O influenciador, que há um tempo já vinha expondo seus posicionamentos políticos em favor das liberdades individuais, adquiriu 14 mil livros de temática LGBTQIA+ que poderiam ser alvo das buscas dos conservadores. Então, os distribuiu de forma gratuita no evento ao longo do dia 7 de setembro, com a colaboração de sua equipe em um ato simbólico contra a censura e a homofobia. Os livros foram entregues embrulhados em plástico preto, fazendo menção às falas do então prefeito do Rio, que disse que o correto seriam os livros serem vendidos de forma oculta, sob plásticos pretos e com um aviso sobre o conteúdo, com um adesivo colocado na parte superior que dizia: “Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas. Felipe Neto agradece a sua luta pelo amor, pela inclusão e pela diversidade”, conforme mostrado pela Figura 2.

Figura 2: Este livro é impróprio



Fonte: Fernando Souza, 2019.

A ação inédita da distribuição gratuita de livros provocou alvoroço no público que formou filas enormes nos pátios da Bienal para pegar um exemplar que vinha de forma sortida, podendo conter os títulos *Dois Garotos se Beijando* de David Levithan, *Arrase!* de RuPaul, *Boy Erased* de Garrard Conley, *Ninguém Nasce Herói* de Eric Novello, dentre outros.

“Hoje, o amor venceu! Hoje, o Brasil venceu! Feliz 7 de setembro. Comemore hoje, a luta continua amanhã”, disse Felipe Neto em sua página do Instagram após o final da entrega dos exemplares. Além da ação promovida pelo influenciador, o público foi ao evento vestindo e levantando bandeiras do arco-íris, e a procura por livros de autores que faziam parte de alguma minoria social aumentou consideravelmente, conforme exposto na imagem 3. Em um dos pontos de encontro do evento, a Arena #SemFiltro que era palco de debates sobre diferentes temas, dentre eles a diversidade, houve um “beijaço”, organizado por leitores e apoiadores da causa LGBTQIA+, onde os presentes se uniram em beijos para repudiar as falas e atos homofóbicos que atingiram o evento.

Figura 3: Público com os livros oferecidos por Felipe Neto



Fonte: *Uol*, 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/11/crivella-cometeu-crime-de-homofobia-ao-vetar-obra-em-bienal.htm>. Acesso em: 04 jun. 2024.

Ao final do evento, um sucesso arrebatador na venda dos livros com temática LGBTQIA+, com números expressivos jamais vistos e o reconhecimento de autores nacionais e internacionais que escreviam sobre o tema. De certo modo, apesar de todo o desconforto e abuso de poder promovido, podemos dizer que Marcelo Crivella (PRB) não atingiu seu objetivo, mas deu muito mais força ao movimento anti-censura dentro da Bienal, promovendo atos de repúdio em diversos meios e unindo os leitores em uma posição combativa à censura. No momento imediato pós Bienal, a derrota dos conservadores foi inegável, as ações surtiram efeito totalmente contrário nos dias restantes das exposições.

Por outro lado, o simples fato de um incômodo moral ter se tornado tão grande ao ponto de possibilitar uma caça aos livros, demonstra a força e o poder que a religião ainda exerce no Brasil. Reforça e torna ainda mais escancarado o ódio e fomenta a ira neopentecostal quanto aos temas de gênero e sexualidade. A visibilidade do fato, portanto, também acabou por colaborar na inflamação dos discursos preconceituosos e pautados na religiosidade, gerou engajamento e pautas contra a comunidade LGBTQIA+ nos meios religiosos e políticos. Uma vez que o assunto se tornou recorrente, a vigilância quanto ao conteúdo dos livros ofertados aos pequenos leitores também aumentou. Com a compreensão de que as obras não se limitam apenas a recursos pedagógicos e educacionais, mas também tem poder de trazer representatividade cultural e conhecimento, cresce a pressão e a preocupação para que os livros correspondam às expectativas dos adultos, especialmente aqueles que pautam seus pensamentos em valores religiosos. Esse contexto tem acarretado tentativas crescentes de censura e restrição de certos temas considerados tabus por serem divergentes das visões conservadoras,

especialmente os que dizem respeito à sexualidade e gênero. Os grupos religiosos, em particular os neopentecostais, têm se mobilizado intensamente para o monitoramento e contestação das obras que abordem estes temas, criando um cenário de tensão no meio cultural e educacional.

4.3 Censura em nome da família

A participação das instituições religiosas na educação e na promoção da cultura costuma veicular um discurso de natureza conservadora, atravessado por influências bíblicas e morais, que advém da interpretação enviesada de seus textos religiosos. Por mais que tentem aparentar neutralidade diante dos assuntos, escondendo-se sob o discurso de “proteção à família, e às crianças”, não há, na prática, imparcialidade no discurso. Ao insistirem na inviável neutralidade da Igreja em face da história, em face das atividades políticas, não fazem outra coisa senão exercer uma atividade política, em favor, porém, das classes dominantes contra as classes dominadas (Freire, 1981, p. 85). Com a expansão do movimento evangélico no Brasil, sobretudo o neopentecostal, e o destaque que as religiões da vertente conquistaram nas mídias e no cenário político, a sua influência se mostrou uma ameaça crescente para o universo literário. Considerando que, com a reeleição de Dilma Rousseff (PT) em 2014, e com fato de que o seu governo caminhava a largos passos para o impeachment, visto que já agonizava desde 2015 (Braz, 2017, p. 88), o Brasil se tornava um terreno fértil para a disseminação da agenda evangélica que pretendia retirar o PT, e a esquerda, do poder. O fenômeno ganha destaque em meio à crescente hostilidade quanto às pautas, e os direitos conquistados pelos grupos minoritários nos anos anteriores. Os conservadores, com auxílio da bancada evangélica e dos diversos políticos conservadores que ocupavam cargos públicos, mobilizaram seu poder de persuasão para intensificar a polarização política, utilizando, sobretudo, sua grande influência dentro dos canais de comunicação. Polarização esta cuja natureza é a ruptura com o espaço-do-meio. É a produção artificial, político-ideológica, de extremos sem meio-termo (D’Amaral, 2020, p. 19).

Sob a influência religiosa, o período foi marcado pelas estratégias de escandalização de temas convenientes aos interesses desses grupos, e disparo constante de notícias falsas para desacreditar o sistema educacional brasileiro, desmoralizar educadores e colocar os alunos em posição de eterna fragilidade. Os atos resultaram na instauração de um clima de pânico moral na população, permitindo que, nos anos subsequentes, a bancada evangélica conseguisse pôr em prática atos que, até então, não conseguiam tirar do campo das ideias. Considerando que, todos os casos os ataques à democracia contaram com o apoio ostensivo e militante dos grandes

meios de comunicação (Braz, 2017, p. 87) percebemos como é relevante ao neopentecostalismo sua constante presença na TV, no rádio e na internet, e que todo esse cenário por trás possibilitou que, os conservadores aliados a Marcelo Crivella (PRB), julgassem ter poder suficiente para interferir no maior evento literário brasileiro. Essa manifestação se deu através da aplicação do conceito de “impróprio”, com base em parâmetros puramente religiosos e morais. Sua associação ao adjetivo “inocentes” e aos verbos “cuidar” e “ensinar” posiciona o infante como um sujeito vulnerável (Malta; Flexor; Costa, 2020, p. 7). A atitude não somente tentou vetar a venda da HQ *Vingadores – A cruzada das crianças*, mas também transmitiu a mensagem de desaprovação, de tentativa de censurar tanto o conteúdo quanto às formas de afeto e amor compartilhadas entre pessoas do mesmo gênero.

Conforme explicitado por Gonzatti (2019), em suas buscas por palavras utilizadas à época nas redes sociais pelos apoiadores da censura, alguns termos como “Aí nossos filhos ou sobrinhos” ou “Nova lacração da Marvel” eram comumente utilizados nas redes sociais, em especial no X, antigo Twitter, por perfis que não tinham nenhum nome ou característica de pessoa física. No geral, seus nomes de usuário eram compostos por muitos números ou alusões políticas, remetendo aos traços dos robôs digitais, ou *bots*, famosos *softwares* que simulam publicações humanas repetidas e padronizadas, para gerar engajamento sobre determinado assunto. Esse processo não impede, no entanto, que outros perfis, correspondentes a pessoas, espalhem esse conteúdo deliberadamente (Gonzatti, 2019, p. 204), ainda colabora com a propagação de falas e posicionamentos partidários, incentivados por grupos com interesses políticos que utilizam de seus recursos para propagar suas mensagens de forma não orgânica, mas com a intencionalidade de parecer ser. Uma vez que estas mensagens saem dos campos das redes sociais, e chegam aos aplicativos de mensagens instantâneas como WhatsApp e Telegram, fica mais difícil conseguir mapear seus desdobramentos e alcance, por serem enviadas inúmeras vezes entre pessoas e grupos fechados. À época, o recurso integrado ao WhatsApp que informa que a mensagem foi enviada com recorrência ainda estava sendo implementado nas atualizações do aplicativo. O que dava a entender que aquela informação era “exclusiva”, ou que tinha sido pensada e escrita por quem a enviou, conferindo um caráter de confiança extra quando era recebida por um ente ou um amigo que o receptor julgasse confiável.

Desse modo, por meio de uma constante vigilância da educação, assim como da presença marcante nos meios de comunicação, a religião conseguiu incluir suas pautas dentro do universo literário brasileiro em pleno século XXI, promovendo uma tentativa de censura em nome da família tradicional e dos bons costumes herdados de um livro religioso que, mesmo em um país laico, é constantemente tido como detentor de verdades universais. São esses papéis

sociais que modulam a estrutura da “família” e rechaçam qualquer outro modelo social e, entre os mais odiados (e temidos), a homossexualidade (Malta; Flexor; Costa, 2020, p. 10). A determinação de caçar especificamente *Vingadores – A cruzada das crianças*, apesar de fazer sentido considerando o contexto histórico por trás da história presente nos quadrinhos, parece não ter sido tão bem pensada, mas fruto de uma revolta inexplicável quanto a um desenho de dois rapazes se beijando. As falas do prefeito Marcelo Crivella (PRB), assim como de outros políticos que se envolveram a favor da censura, não traziam aspectos que demonstrassem real conhecimento sobre os temas abordados na HQ. O fato de acreditarem que a comercialização seria feita entre crianças, já demonstra o desconhecimento básico sobre o público-alvo das publicações. A escolha em atacar justamente o casal formado pelo filho de Wanda e Visão, personagens que formam um dos pares mais famosos da Marvel, no ano seguinte do lançamento de um filme que foi recorde bilheteria, onde seu romance - assim como a dimensão dos poderes de Wanda – são aspectos centrais da narrativa, demonstram de forma latente como não conheciam o que estavam julgando. Torna explícito ainda a fragilidade de seus argumentos, baseados em leis que não se aplicam, como a do Art.78 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que material impróprio deve ser comercializado em embalagem lacrada, e com advertência de conteúdo. Baseando-se somente em um título que contém a palavra “crianças”, e no fato de ser um livro composto por desenhos, acreditaram que o público-alvo eram crianças e tamanho era o desconhecimento que exigiram embalagem lacrada para um livro que, comumente, é comercializado lacrado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certo modo, podemos dizer que o objetivo de Crivella e de seus apoiadores na Bienal foi não somente frustrado, como serviram de força impulsionadora de vendas dentro dos dias restantes do evento. O episódio gerou um compartilhamento em massa da imagem do beijo que tentavam esconder. Trouxe ainda à tona novamente diversos outros beijos icônicos entre celebridades como Madonna e Britney Spears, além de ter sido mostrado em rede nacional, em horário nobre da Rede Globo, no Fantástico, ter ilustrado a capa física da revista *Veja*, do jornal *Folha de S. Paulo*, e ter sido apresentado em diversos blogs, sites, jornais digitais e, lógico, nas redes sociais. Não podemos desconsiderar os “beijaços” no evento, e também no show da *drag queen* Pablio Vittar em repúdio à censura literária e ao ódio aos LGBTQIA+. O episódio ainda foi tema de tese de doutorado pelo pesquisador de cultura e diversidade, e influenciador digital, Chris Gonzatti, que a posteriori transformou seu trabalho em livro sob o título: *Pode um LGBTQIA+ ser super-herói no Brasil?*. Também inspirou livros como *O Primeiro Beijo de Romeu*, de Felipe Cabral, publicado pela Galera Record, e *Conteúdo Impróprio*, uma distopia de Michel Uchiha. O sucesso comercial e a visibilidade da Bienal e de livros com temática LGBTQIA+ também são apontados como uma resposta positiva em relação à mobilização conservadora (Gonzatti, 2019, p. 226).

Apesar das boas vendas, dos protestos e da repercussão midiática negativa, o episódio também deixou uma herança negativa significativa para o cenário literário e cultural brasileiro. Ressaltou como é frágil a liberdade de expressão no Brasil, mostrando que, ainda em eventos privados e de grande porte como a Bienal, a censura pode ser imposta de maneira arbitrária, cerceando a liberdade e prejudicando o debate aberto de ideias. Também trouxe o foco para questões acerca do papel das instituições públicas no que diz respeito à defesa dos direitos fundamentais, como a liberdade artística e diversidade de vozes na produção literária. Além destes, uma das principais consequências foi a criação de um ambiente de insegurança para os autores, editoras e artistas, que voltaram a temer tentativas de censura e restrição de conteúdos que pudessem ser encarados como “polêmicos” ou “inadequados”, principalmente sob a ótica dos conservadores religiosos. Essa atmosfera de pânico moral pode gerar novamente um movimento de autocensura impulsionado pelo medo, impactando diretamente a diversidade e a representatividade na literatura, uma vez que autores podem evitar abordar temas sensíveis ou controversos para evitar retaliações ou boicotes por parte desses grandes grupos que, quer queiramos ou não, ainda detém uma grande parte do poder econômico e, com isso, pode impactar diretamente o meio social de consumo de arte.

Considerando que, através da representação, reforçamos a existência de identidades múltiplas e ampliamos as possibilidades de autoidentificação (Malta; Flexor e Costa, 2020, p. 9) podemos dizer que o episódio de censura da Bienal do Rio de Janeiro de 2019, reflete os lados opostos existentes em uma sociedade ainda em processo de consolidação de suas liberdades, evidenciando suas fragilidades em determinados aspectos. De um lado, há a atuação dos conservadores alinhados aos pensamentos cristãos e neopentecostais, que empregam diversas estratégias para impor suas ideologias. Utilizam-se de sua grande influência no meio político, assim como de seus líderes carismáticos para disseminar sua visão de mundo, para isso usam abertamente suas redes comunicacionais como redes sociais, tempo na TV e rádio. Do outro lado, há o grupo de defensores das liberdades individuais e de expressão, que se posicionam em oposição às tentativas de censura, buscando proteger a pluralidade de vozes na literatura e na sociedade. Essa tensão entre diferentes visões e interesses demonstra os desafios enfrentados por uma sociedade com marcas históricas da violência das censuras, em busca do equilíbrio entre liberdade e responsabilidade.

A luta contra os retrocessos é diária na vida dos professores, que enfrentam constantes desafios para manter a liberdade de cátedra, ainda que essa deva ser garantida conforme a lei. A resistência contra a censura e imposição de ideologias restritivas deve ser encarada não apenas pelos educadores, mas por toda sociedade como um compromisso essencial para garantir que nenhum direito seja tomado. É na democracia que reunimos mais condições para avançar, lutar, resistir. Por isso, temos que denunciar qualquer tipo de recuo democrático (Braz, 2017, p. 90) que ameace os avanços conquistados ao longo dos anos em termos de inclusão social e respeito à diversidade. A pesquisa realizada neste trabalho, portanto, visa contribuir com a ampliação do debate e da conscientização contínua sobre a importância da defesa das liberdades artísticas do campo literário, da autonomia dos educadores e do respeito à pluralidade de visões e identidades da sociedade contemporânea dentro e fora das salas de aula.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Janaine; CÂMARA, Clara; ROXO, Marco; SANTOS, Suzy. Quando religião, política e mídia se confundem: as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Eptic**, v. 20, n° 2, maio-agosto, 2017.
- AIRES, Janine. **Comunicadores-políticos no Brasil**: um elo entre os sistemas midiático e político. Tese (Pós-graduação em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- ARAÚJO, Bruno Gomes De. **A expansão regional das redes de poder da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil**. Tese (Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.
- BRAGANÇA, A. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **MATRIZES**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v2i2p221-246. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232>. Acesso em: 21 set. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição de 1967**, Brasília, DF, 26 de janeiro de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128 p. 85-103, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095> Acesso em: 27 fev 2024.
- BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS, D.; VEIGA MOTTIN, K. “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: a fabricação do termo e seus significados. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 26, n. 51 e 52, 2 fev. 2021.
- CARRARA, Sérgio. 2015. “Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo”. **Mana**. Nº 21 (2), p. 323-345.

CINCO pontos que marcaram os discursos de posse de Bolsonaro. **BBC**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46730648>. Acesso em: 05 jun.2024.

CRIVELLA, Marcelo. **Não é censura nem homofobia como muitos pensam. A questão envolvendo os gibis na Bienal tem um objetivo bem claro: cumprir o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Queremos, apenas, preservar nossas crianças, lutar em defesa das famílias brasileiras e cumprir a Lei.** Rio de Janeiro, 08 set. 2019.

Twitter: @Mcrivella. Disponível em:

[https://twitter.com/Mcrivella/status/1170813640712368130?](https://twitter.com/Mcrivella/status/1170813640712368130?s=20&t=DnKZA8lq2x0AYzdkvOkx7w)

[s=20&t=DnKZA8lq2x0AYzdkvOkx7w](https://twitter.com/Mcrivella/status/1170813640712368130?s=20&t=DnKZA8lq2x0AYzdkvOkx7w) Acesso em: 02 dez. 2022

D'AMARAL, Marcio Tavares. As polarizações: a falta que o meio faz (Segundo ensaio da quarentena). **IDEA-Programa de Estudos Avançados/Laboratório de História dos Sistemas de Pensamento/Escola de Comunicação/UFRJ.** Rio de Janeiro, 2020.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

DE OLIVEIRA, P. P. Na mídia e na política: o comunicador-político no Brasil. **Esferas**, v. 1, n. 8, 27 fev. 2017.

FONSECA, Alexandre Brasil. Igreja Universal: um império midiático. In: Ari Pedro Oro; André Cortem; Jean-Pierre Dozon (Org). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé.** São Paulo: Paulinas, 2003.

FONTELES, Heinrich Araújo. **Fé na mídia: um estudo das imagens técnicas (Tv Record) como estratégia de comunicação e sobrevivência da Igreja Universal do Reino de Deus.** Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

FONTELES, Heinrich Araújo. A ASCENSÃO DA MÍDIA EVANGÉLICA: PELO USO DO TRIPÉ POLÍTICO, ECONÔMICO E TECNOLÓGICO. **Revista Voos Polidisciplinar**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2023. Disponível em:

<https://www.revistavoos.com.br/index.php/sistema/article/view/154>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural Para a Liberdade.** 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 2ed. Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS; RUEDIGER, M. A. **Desinformação nas eleições 2018**: o debate sobre fakenews no Brasil. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,uid&db=ir00572a&AN=fgv.10438.29093&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 2 out. 2023.

GALVÃO, Vitória Melo; VIEIRA, Manuela do Coral. Bienal do Livro, consumo e cultura material: debates e ações sócio-políticas e de gênero. **Temática**, Paraíba, v. 16, p. 193-193, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/51638/29868>. Acesso em: 31 out. 2022.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**: As ilusões armadas. 4ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

GONZATTI, Christian. **Pode um LGBTQIA+ ser super-herói no Brasil?** Ciberacontecimentos pop e a guerra semiótica sobre gênero e sexualidade na cultura nerd. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD CONTÍNUA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IMPRESSÃO RÉGIA. MAPA, **Memória da Administração Pública Brasileira**, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impresao-regia>. Acesso em: 21 set. 2023

JUNQUEIRA, Roberto Diniz. “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”, **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018

LABANCA, Gabriel. Relações e Edições de Ouro: a TecnoPrint na expansão do mercado editorial brasileiro durante os primeiros anos da ditadura militar. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 14, 2011. DOI: 10.26512/emtempos.v0i14.20016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20016>. Acesso em: 5 jun. 2024.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

MALTA, Renata Barreto; FLEXOR, Carina LuisaOchi; COSTA, Aianne Amado Nunes. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, v. 61, p. 1-13, 2020

MARCELINO, J. T. Das opiniões publicadas para as opiniões postadas: os atalhos informativos e a internet nos temas internacionais. **Conjuntura internacional**, v. 17, n. 2, p. 20- 28, 31 ago. 2020. Acesso em: 01 ago 2023.

MARCELO CRIVELLA manda censurar HQ dos Vingadores na Bienal do Livro, no Rio. **Folha de São Paulo**, 05 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marcelo-crivella-manda-censurar-gibis-dos-vingadores-na-bienal-do-livro-no-rio.shtml>. Acesso em: 29 abr. 2024.

MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10028>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MARTINS, Beatriz. **Autoria em rede – Um estudo dos processos autorais interativos de escrita nas redes de comunicação**. 2012. 153 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 16 Nº 2. Julho a Dezembro de 2019.

MIRANDOLA, Viviane Paula Salini; ALMEIDA, Antonio Cavalcante de; HOEPERS, Idorlene da Silva. Cultura, Construção Históricas das Bibliotecas e Censura na Bienal do Livro. **Anais do Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação, Santa Catarina**, v. 4, p. 17-25, Agosto, 2021.

MONTEIRO, Luís. A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**, Campo Grande/MS, set. 2001. Acesso em: 01 ago 2023.

"NÃO É CENSURA NEM HOMOFOBIA", diz Crivella sobre polêmica na Bienal do Rio. **UOL**, 08 set. 2019. Disponível em:

<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/08/nao-e-censura-nem-homofobia-diz-crivella-sobre-polemica-na-bienal-do-rio.htm>. Acesso em 29 abr. 2024.

NETO, Felipe. **Censura na Bienal! [+10]**. Rio de Janeiro, 06 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=meqsHqP4Qw4>. Acesso em: 29 abr. 2024.

OLIVEIRA, A. N. de; SILVA, L. E. F. da; CASTRO, J. L. de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125–151, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245243.125-151.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/80013>. Acesso em: 21 set. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Políticas conservadoras no Brasil: ameaças ao direito à educação e ataques à autonomia docente. **Revista Educación, Política y Sociedad**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 37–54, 2022. DOI: 10.15366/rep2022.7.2.002. Disponível em:

<https://revistas.uam.es/rep2022.7.2.002>. Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVETO, Paloma. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/19/interna-brasil,720153/professores-relatam-ameacas-por-conta-do-projeto-escola-sem-partido.shtml>.

Acesso em: 18 abr. 2024

OURIQUES, Evandro. A condição comunicacional do ser humano e o rosto da sombra: sobre a terceira estrutura da verdade e a terapia filosófica. **Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa**, 12. 13-45, 2019.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PELLIZZARI, B. H. M.; JUNIOR, I. F. B. Bolhas sociais e seus efeitos na sociedade da informação: ditadura do algoritmo e entropia na internet. **Revista de Direito, Governança e**

Novas Tecnologias | e-ISSN: 2526-0049 | Belém | v. 5 | n. 2 | p. 57 - 73 | Jul/Dez. 2019.

Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/5856>. Acesso em: 24 abr. 2024

PETROVITCH, Camila Souza; BAPTISTA, Mônica Correia; DE SÁ, Alessandra Latalisa. CENSURA/CONTROLE A LIVROS INFANTIS NO BRASIL DE 2016-2020.

Humanidades & Inovação, v. 10, n. 2, p. 144-156, 2023.

Prefeitura fiscaliza “livros impróprios” na Bienal do Rio. Censura? **Carta Capital**, 06 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/prefeitura-fiscaliza-livros-improprijs-na-bienal-do-rio-censura/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

RAMOS, Moacyr Salles; SANTORO, Ana Cecília dos Santos. Pensamento Freiriano em Tempos de Escola Sem Partido. **Inter-ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 140-158, jan./abr. 2017. Acesso em: 14 nov. 2023

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79684>. Acesso em: 28 ago. 2023.

REIS, Ulisses Silvérios Reis dos; CHAVES, Raíssa Lara Monteiro. Bienal do Livro do Rio de Janeiro e conteúdo LGBTQ+: A limitação para representação visual de conteúdos inapropriados para crianças e adolescentes. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e11193, 2022. DOI: 10.21527/2317-5389.2022.19.11193. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/11193>. Acesso em: 02 set. 2023.

ROMEIRO, Paulo. **Decepcionados com a Graça: Esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal**. 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2004

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SORJ, Bernardo; CRUZ, Francisco; SANTOS, Maíke; RIBEIRO, Marcio; ORTELLADO, Pablo. Sobrevivendo nas redes: Guia do cidadão. Brasil: Plataforma Democrática, **Fundação FHC**, 2018. cap. 2, p. 31-42. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/files/sobrevivendo%20nas%20redes.pdf>. Acesso em: 20 de abr 2024s a incluir

SOUZA, Lidia Lerbach de. A Imprensa Régia: O tardio nascimento da imprensa no Brasil. **Verbum**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 310-323, mai. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/42346/pdf>. Acesso em: 21 de set. 2023

TEITELBAUM; Benjamin R. **Guerra Pela Eternidade**: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **Os Construtores do Império**: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TREVISAN, Cláudia. Fiel pagou início no rádio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 de set 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/17/brasil/19.html>. Acesso em: 21 fev. 2024

VAQUER, Gabriel. Religiosos já são mais de 50% da programação da TV brasileira; igrejas injetam valor equivalente a uma Record. **TV História**, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://tvhistoria.com.br/religiosos-ja-sao-mais-de-50-da-programacao-da-tv-brasileira-igrejas-injetam-valor-equivalente-a-uma-record/?cpid=txt>. Acesso em: 21 fev. 2024

VINHAL, Gabriel. Maurício de Sousa critica censura à HQ na Bienal do Livro. **Metrópoles**, - 07 set. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/mauricio-de-sousa-criticacensura-a-hq-na-bienal-do-livro>. Acesso em: 02 dez. 2022.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3a ed. Brasília: Editora UNB 2000.
